

1 • 31 outubro
sala da cidade
[antigo refeitório de santa cruz]

imprensa
da
universidade
de
coimbra
2001

i m p r e n s a

da universidade de coimbra
a história, os homens e os livros



i m p r e n s a

**da universidade de coimbra
a história, os homens e os livros**



Coimbra



Imprensa da Universidade



verdadeira importância de uma Universidade não está no número de alunos que a frequentam, nem no número de professores ou de funcionários que nela trabalham, como não está no luxo das suas instalações ou no número de protocolos com outras instituições, sejam elas universitárias ou não. A verdadeira importância de uma Universidade está na investigação científica que nela é realizada pelos seus membros. Pensamos, mesmo, que o ensino universitário só é convincente para o aluno quando parte da investigação de quem o pratica, tendo, indubitavelmente, mais força quando o próprio aluno também nela se integra.

Dessa investigação haverá resultados que serão discutidos em congressos e outros tipos de reuniões científicas. No entanto, só quando passarem a letra de forma e ficarem à disposição de toda a comunidade se poderá calmamente reflectir sobre eles. A publicação de trabalhos científicos em livros e revistas será, portanto, fundamental na vida de uma Universidade.

Dir-se-á que os resultados da investigação científica são efémeros. Em certas áreas, para a pesquisa bibliográfica, aconselham-se apenas os títulos dos últimos cinco anos. Noutras, todavia, vai-se um pouco mais longe. Noutras, ainda, é a documentação escrita ao longo dos tempos que se revela necessária à investigação. Mesmo para as primeiras, quando parece que tudo se desactualiza muito depressa, fica sempre a hipótese de se vir a fazer a história da ciência.

Quando a Imprensa da Universidade de Coimbra estava no apogeu e publicava livros e revistas em número considerável, desempenhava essas funções como única entidade do género na instituição. Hoje, felizmente, a Universidade publica trabalhos científicos e didácticos em todas as suas Faculdades e até em alguns dos seus Serviços. Pareceria desnecessária a reactivação dessa sigla de tão grandes pergaminhos. Dois anos de actividade provaram o contrário. A actual Imprensa da Universidade de Coimbra tomou como prioritária a publicação de livros úteis para os estudantes, de preferência escritos pelos seus professores. Rapidamente se verificou que estava a ir mais longe, atingindo um público interessado em conhecer resultados da investigação científica em diversas áreas. Por isso, o mecenato começou a funcionar com relativa facilidade, tendo os patrocínios recebidos permitido um desenvolvimento fulgurante e inesperado da actividade editorial.

No momento em que se dá a conhecer publicamente a Imprensa da Universidade de Coimbra, com o seu passado e o seu presente, faz-se também a homenagem a quem, depois de tanto ter trabalhado por ela, a viu ser extinta por decreto e destruída fisicamente – o Professor Doutor Joaquim de Carvalho.



Joaquim de Carvalho
Haia, 1927
[Na inauguração da *Casa de Espinosa*]

Desde a reactivação da Imprensa da Universidade de Coimbra, ocorrida em Dezembro de 1998, que houve a intenção de desenvolver uma série de acções inspiradas no seu passado, como forma de homenagear todos os que contribuíram para tornar grande e respeitado o seu nome. Em particular, houve a vontade muito viva de homenagear o Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, figura ilustre de académico, humanista e republicano e administrador da Imprensa da Universidade quando ocorreu a sua extinção. Assim, foram planeadas as seguintes iniciativas:

- *Encontro de Imprensas Universitárias Europeias e de Língua Portuguesa*, a 28 e 29 de Setembro de 2001;
- *Exposição: Imprensa da Universidade de Coimbra – a História, os Homens e os Livros*, de 1 a 31 de Outubro de 2001;
- Edição de uma obra sobre *A Imprensa da Universidade de Coimbra – uma história dentro da História*;
- Catalogação das obras impressas e editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra, desde a sua fundação até à actualidade;
- Publicação da *Correspondência de Joaquim de Carvalho*.

A exposição sobre a *Imprensa da Universidade de Coimbra – a História, os Homens e os Livros* foi concebida com finalidades pedagógicas, chamando a atenção do visitante para a relevância do trajecto da Imprensa da Universidade ao longo da sua história e entrelaçando-o com factos político-sociais e protagonistas da história da Universidade de Coimbra e da História de Portugal.

Foi desejo da Imprensa da Universidade localizar esta exposição bem no coração da cidade, de modo a proporcionar uma boa acessibilidade, com acções de promoção dirigidas, em particular, aos grupos etários mais jovens.

Espera-se que a visita à memória dos factos e dos protagonistas aqui apresentados e a contextualização criada sirvam para conhecer melhor o passado da Imprensa, para relembrar e, eventualmente, aprofundar o conhecimento da História, mas também para desenvolver leituras críticas que sirvam a educação para a cidadania democrática.

As preocupações na esfera da educação para a cidadania e a consciência de que a inclusão social efectiva é pedra angular para o fomento de valores como o respeito pelo “outro” e a solidariedade, determinaram também a opção de implantar soluções arquitectónicas específicas, destinadas a possibilitar o acesso autónomo dos deficientes motores, bem como a produção de uma versão do Catálogo específica para cegos.

A exposição foi ainda entendida e planeada como uma forma adicional de contribuir, de modo diferente, para aprofundar o conhecimento e a divulgação do papel da Imprensa da Universidade ao serviço da educação e da cultura, na senda de outras formas prévias de abordagem.

Contudo, a possibilidade de, em breve, se poder aceder ao registo dos títulos impressos ou editados durante a sua existência, da ordem da dezena de milhares, e que a catalogação em curso irá permitir, e o recente regresso à Universidade de Coimbra do valioso espólio da Imprensa que na altura da sua extinção foi confiado à guarda da Imprensa Nacional, já sugerem novas e mais permanentes formas de abordar o passado da Imprensa da Universidade!

Antes da localização definitiva da Universidade em Coimbra

O Mosteiro de Santa Cruz

Na época medieval, e antes da fundação dos Estudos Gerais, existiam em Portugal, e por toda a Europa, Escolas Episcopais, Monásticas e Conventuais que se dedicavam à ciência e à cultura. Em Coimbra, e ainda antes da criação do “Estudo Geral”, foi notável a acção da Escola do Mosteiro de Santa Cruz. A primeira pedra deste Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho foi assente em 28 de Junho de 1131, antes de D. Afonso Henriques ser reconhecido como rei. Foi fundado por doze eclesiásticos chefiados pelo arcebispo D. Telo. O primeiro rei de Portugal amparou esta comunidade. S. Teotónio foi o seu primeiro prior.

A comunidade religiosa de Santa Cruz começou, desde cedo, a enviar os seus membros mais distintos para a Universidade de Paris. Alguns, ficavam por lá a ensinar. Outros regressavam especializados nas ciências do tempo, como a Teologia ou a Medicina. Daqui saíram homens notáveis como Santo António, Frei Brás ou D. Pedro de Figueiró.

Nos séculos XVI e XVII, a música atingiu elevado esplendor em Santa Cruz, nos géneros gregoriano, polifónico ou mesmo na cançoneta natalícia. Conjugava, frequentemente, vozes e variados instrumentos, com destaque para o órgão. D. Pedro de Cristo e D. Pedro da Esperança foram compositores inspirados.

A fundação da Universidade

O primeiro documento de que há conhecimento a pedir a instituição de uma Universidade em Portugal é datado de 12 de Novembro de 1288 e assinado pelo abade do Mosteiro de Alcobaça, pelos priores dos mosteiros de Santa Cruz, de S. Vicente de Fora, de Santa Maria de Guimarães e de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, e por reitores de 21 igrejas.

Os subscritores concorrerem com verbas geradas nas suas comunidades para pagar aos mestres. Feito em Montemor-o-Novo, trata-se de uma súplica ao Papa Nicolau IV a pedir a fundação de um *Estudo Geral* em Lisboa, a que D. Dinis deu a sua prévia anuência.

O diploma considerado “fundador” foi emitido por D. Dinis, em Leiria, a 1 de Março de 1290, por sua própria autoridade. O *Estudo Geral* foi estabelecido em Lisboa. O diploma deu ainda provimento aos seus “doutores em todas as Artes”, concedeu privilégios e prometeu “segurança de pessoas e bens” aos que a ele afluíssem.

Em 9 de Agosto de 1290, o papa Nicolau IV confirmou o *Estudo Geral* em Portugal: “Determinamos... também que os escolares de Artes, de Direito (Canónico e Civil) e de Medicina, que os mestres julgarem idóneos, possam ser licenciados no mencionado Estudo pelo bispo que ao tempo for de Lisboa, ou pelo vigário que, em sede vacante, for constituído pelo Cabido Lisbonense para as coisas espirituais. E todo o mestre, que na referida cidade, pelo bispo ou vigário mencionado for examinado e aprovado em qualquer Faculdade (exceptuando todavia a de Teologia), tenha o livre poder de reger em toda a parte sem outro exame”.



Razões para a fundação da Universidade

A fundação de *Estudos Gerais* serve a formação do *Estado Moderno*. Para tal, não era adequada uma formação em Universidades distantes. No caso português, acrescia a necessidade, ainda presente nesta época, da definição e estabilização da identidade do País. Por estas razões, era sobretudo inconveniente a frequência da Universidade de Salamanca. Por outro lado, a consolidação política do País, carecia da formação de "letrados". Do clero e da "burguesia" viriam os alunos que desta forma, poderiam adquirir a formação exigida pelas novas tarefas políticas e administrativas do Estado e da Igreja, e pela acção pastoral desta.

Autonomia e Privilégios

Os primeiros Estatutos da Universidade, se assim se podem chamar, datam de 1309. A *Magna Charta Privilegiorum** configurou-a como verdadeira corporação – *Universitas* –, com autonomia e privilégios especiais:

- foro académico;
- faculdade de os estudantes elegerem os seus dois reitores.

Os privilégios mantiveram-se, mas a autonomia foi sendo absorvida pelo poder central. Surgiram os "protectores" e, em dada altura, o próprio rei é "protector" da Universidade.

A partir de 1500, com a eleição do bispo de Fez, D. Francisco Fernandes, para reitor, terminou a tradição de a Universidade eleger dois estudantes para exercerem em simultâneo o cargo de reitor.

A partir de D. João III, o monarca tem sempre a última palavra na nomeação do reitor, quer por designação directa, quer por escolha entre os propostos pela Universidade.

A "migração" da Universidade e as suas razões

Entre 1290 e 1537, a sede da Universidade alternou entre Lisboa e Coimbra. Em 1308, D. Dinis mudou-a para Coimbra e, em 1338, D. Afonso IV determinou o seu regresso a Lisboa. Em 1354, e ainda com D. Afonso IV, voltou para Coimbra e em 1377, com D. Fernando, regressou de novo a Lisboa. Em 1537, com D. João III, retornou a Coimbra.

Razões políticas e de afirmação do poder real, estiveram associadas às mudanças. D. Dinis, escolheu Coimbra pela centralidade, pela abundância de mantimentos, pelo ambiente propício ao trabalho intelectual decorrente das velhas tradições escolares e para resolver os conflitos entre estudantes e moradores de Lisboa e os problemas de emancipação em relação à Igreja. D. Afonso IV invocou a vantagem da proximidade entre a corte e a Universidade.

Para D. Fernando, a escolha de Lisboa obedece ao desejo de a sede da corte se constituir como verdadeira "capital" do reino. Invoca ainda que "alguns Lentes que de outros reinos mandámos vir ... não queriam ler senão na cidade de Lisboa".

Para D. João III, a mudança para Coimbra permitiria, para além da afirmação do poder real, a renovação estrutural, ultrapassando vícios acumulados e renovando o seu corpo de mestres. Coimbra correspondia à lógica renascentista: as Universidades deveriam ficar em pequenos burgos, e não em grandes cidades, junto a portos e a grandes vias de comunicação. Terão contado ainda o facto de já ter estado em Coimbra, o peso significativo do Mosteiro de Santa Cruz e as pressões exercidas pela "lembrança" da Câmara da cidade. Acabou por vir a ocupar o Paço Real da Alcáçova, lugar onde, ainda hoje, se mantém.

* "...para utilidade do nosso Reino, fundamos e plantamos irradicavelmente o *Estudo Geral* na nossa cidade de Coimbra, que para este efeito especialmente escolhemos, querendo Nós que aí se ensine a Sagrada Escritura nos conventos religiosos dos Frades Pregadores e dos Menores, a fim de a fé Católica ficar cercada por uma muralha de combatentes. Queremos que haja aí um doutor em Decretos e um mestre em Decretais, os quais, com a sua vastíssima ciência, possam ensinar os clérigos do nosso Reino como devem eles comportar-se na Casa do Senhor..."
in: *História da Universidade em Portugal*, I vol., tomo I, pg. 244-245.





Prelo,
séc. XVIII,
usado
na Imprensa
da Universidade

•

Museu
Nacional
da Imprensa

A Universidade de Coimbra entre 1537 (transferência definitiva para Coimbra) e 1772 (Reforma Pombalina)

A transferência para Coimbra

Até 1537, a Universidade não alterou, no essencial, a sua estrutura escolar, interessando-se particularmente pela Teologia, pelo Direito Canónico, pelo Direito Civil e pela Medicina.

Só muito superficialmente se sentiram nela os resultados do progresso científico e do desenvolvimento humanístico do Renascimento.

Em 1537, foi transferida para Coimbra, mantendo as prerrogativas de que desfrutava em Lisboa. Aliás, o Livro de Privilégios foi enviado para Coimbra por D. João III.

No contexto das novas perspectivas do Humanismo Cristão, a transferência foi acompanhada da reforma dos estudos e do ingresso de novos docentes portugueses e estrangeiros. Mantiveram-se as mesmas faculdades, embora substancialmente reestruturadas e com um novo quadro de disciplinas.

As rivalidades quanto ao ensino e a afectação de rendas das Igrejas levantaram questões entre a Universidade e o Mosteiro de Santa Cruz.

Porém, a partir de 1539, o Prior do Mosteiro de Santa Cruz ficou com o privilégio perpétuo, concedido por D. João III, de ser o cancelário da Universidade, condição que se manteve até à implantação definitiva do regime liberal, em 1834.

Após um único reitorado leigo e curto de alguns meses, por D. Garcia de Almeida, os reitores passaram a ser eclesiásticos.

Após a transferência da Universidade para Coimbra, o ano lectivo teve início a 2 de Maio de 1537. Cursaram a Universidade 230 alunos: 44 em Artes, 85 em Cânones, 90 em Leis e 11 em Medicina.

Professores de renome da Universidade de Coimbra

Muitos dos professores que leccionaram na Universidade de Coimbra foram conhecidos, quer no país quer no estrangeiro, tendo publicado obras importantes, nas suas especialidades, com bastante divulgação na Europa e com grande número de edições em diversas cidades.

São exemplos destes professores insígnis:

Teologia: Fr. Heitor Pinto, Fr. Martinho de Ledesma, Fr. Luís de Sottomaior, Fr. Francisco Suárez

Cânones: António Homem, Francisco Velasco de Gouveia, Martim de Azpilcueta

Leis: Aires Pinhel, Manuel da Costa, Álvaro Vaz

Medicina: Henrique de Cuellar, Tomé Rodrigues da Veiga

Matemática: Pedro Nunes, André de Avelar, Fr. João dos Reis

Música: Baltasar Teles, Pedro Talésio.

Reitores 1537-1772

D. Garcia de Almeida (1537)
D. Agostinho Ribeiro, O. S. João Ev. (1537-1541)
D. Fr. Bernardo da Cruz (1541-1543)
Fr. Diogo de Murça, O. P. (1543-1555)
Afonso do Prado (1555-1557)
D. Manuel de Menezes (1557-1560)
D. Jorge de Almeida (1560-1563)
D. Martim Gonçalves da Câmara (1563-1564)
D. Aires da Silva (1564-1569)
D. Jerónimo de Menezes (1570-1578)
D. Nuno de Noronha (1578-1584)
D. Fernão Martins Mascarenhas (1586-1594)
António de Mendonça (1594-1597)
D. Afonso Furtado de Mendonça (1597-1605)
D. Francisco de Castro (1605-1611)
D. João Coutinho (1611-1618)
Visco de Sousa (1618)
D. Francisco de Menezes (1618-1624)
D. Francisco de Brito de Menezes (1624-1631)
D. Álvaro da Costa (1633-1637)
D. André de Almada (1638-1639)
D. Manuel de Saldanha (1638-1659)
D. Manuel de Noronha (1661-1662)
Rodrigo de Miranda Henriques (1662-1663)
Manuel Corre Real de Abranches (1664-1666)
André Furtado de Mendonça (1667-1673)
Manuel Pereira de Melo (1673-1675)
D. José de Menezes (1675-1679)
D. Simão da Gama (1679-1685)
Manuel de Moura Manuel (1685-1690)
Rui de Moura Teles (1690-1694)
Nuno da Silva Teles (1694-1702)
D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1703-1709)
D. Gaspar de Moscoso e Silva (1710-1715)
Nuno da Silva Teles (1715-1718)
Pedro Sanches Barinha de Baena (1719-1722)
Francisco Carneiro de Figueiroa (1722-1744)
D. Francisco da Anunciação, C. R. S. Agostinho (1745-1757)
Gaspar de Saldanha e Albuquerque (1758-1767)

Os colégios Universitários

Em 1539, surge em Coimbra o primeiro Colégio Universitário, o de S. Tomás. Segue-se a instalação de uma vasta rede de colégios com funções de pensionato, assistência e ensino, muitos com ricas bibliotecas sobre Teologia, Sagrada Escritura e Humanidades.

O seu número chegou a ser de 23.

São exemplos destes colégios:

- a) Colégio de S. Pedro e Colégio de S. Paulo – Integrados na Universidade, eram destinados à formação de docentes da própria Universidade.
- b) Colégio das Artes – Foi delineado segundo os princípios do Humanismo Cristão e constituiu o mais importante foco de irradiação das Letras Clássicas em Portugal. Preparava os alunos para a entrada nas faculdades, de forma independente da Universidade. O primeiro regimento, datado de 16 de Novembro de 1547, estabelecia que aí se ensinasse Gramática, Retórica, Poesia, Lógica, Filosofia, Grego e Hebraico, além do Latim. Aqui confluíram, vindos de vários pontos da Europa, vários mestres famosos. André de Gouveia, elogiado por Montaigne e que orientou colégios em Paris e Bordéus, foi o primeiro a dirigir este Colégio. Entre outros mestres, contam-se ainda André de Resende, Diogo de Teive, Hilário Moreira, Jorge Buchanan, Elias Vinet, Nicolau Grouchi ou Vicente Fabrício.
- c) Colégio de Jesus, dos padres da Companhia de Jesus, teve grande reputação no país e no estrangeiro. Ficaram célebres os oito *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu* (comentários à filosofia aristotélica), editada pela primeira vez em Coimbra, e a *Gramática Latina*, do Pe Manuel Álvares. A 1ª edição da *Gramática* foi de 1572, vindo a ter 500 edições, em 22 países.

O efeito da Contra-reforma

Por acção da Contra-Reforma, o sentido renovador da Universidade foi efémero, como o foi o do Colégio das Artes.

Muitos professores caíram nas malhas do Santo Ofício, sob acusação de "luteranos". O antijudaísmo, em crescendo, também levou ao tribunal da Inquisição professores e alunos acusados de praticarem o culto judaico ou de vícios morais. Como exemplo, cite-se a prisão, julgamento e aposentação compulsiva do lente de Cânones Francisco Velasco de Gouveia e a execução do lente de Cânones António Homem (conhecido como *Praeceptor Infelix*).

A Universidade adoptou um sentido fortemente religioso e dogmático, que a levou a assumir, em 20 de Julho de 1646, o juramento solene da Imaculada Conceição, muito antes de a Santa Sé o fixar como dogma, em 1854.

A aceitação e a defesa das aplicações do Concílio de Trento tinham de ser juradas pelos lentes e pelos estudantes. À semelhança das Universidades de outros países, a Contra-Reforma também frenou em Coimbra o ensino livre e criador, tornando-se pouco permeável ou até hostil aos avanços científicos e até mesmo às Humanidades. Os avanços iam decorrendo à margem da Universidade, designadamente nas Academias.

Esta situação veio a chocar com correntes de pensamento científico e filosófico, que despon-taram no séc. XVII e se afirmaram no século XVIII.

A longa crise cultural da Universidade era muito grave e reclamava uma solução.



Intelectuais precursores de uma reforma emergente

Certos sectores mais cultos da burguesia, que ia adquirindo consciência da sua importância, bem como do clero e da aristocracia mais evoluída, iam contactando com os novos métodos e as novas matérias científicas.

Esse conhecimento era mais vivo nos “estrangeirados”, ou seja, em portugueses que, por virtude das suas viagens, contactaram directamente com a cultura de outros países da Europa. Eles não podiam deixar de sentir o atraso do ensino universitário em Portugal.

Assim, ao longo dos séculos XVII e XVIII, alguns intelectuais ergueram a voz, propugnando por uma reforma do ensino em geral e da Universidade em particular.

Este escol de pensadores, à distância de várias décadas da reforma, foi como que a sua semente, a qual virá a ser materializada no reinado de D. José I, com o Marquês de Pombal.

Pela influência exercida neste domínio, citam-se:

- D. Luís da Cunha, diplomata (1662-1740);
- Ribeiro Sanches (1699-1783), médico e pensador de origem judaica, que veio a ser médico dos czares da Rússia;
- Luís António Verney (1713-1792), padre do Oratório e autor de *O Verdadeiro Método de Estudar*;
- Carneiro de Figueiroa (1662-1744), Reitor da Universidade.

A Junta da Providência Literária

O Rei D. José I, através da Carta de Lei de 23 de Dezembro de 1770, criou a Junta da Providência Literária, com o fim de examinar as causas da decadência da Universidade e de apresentar um plano geral para a sua reforma.

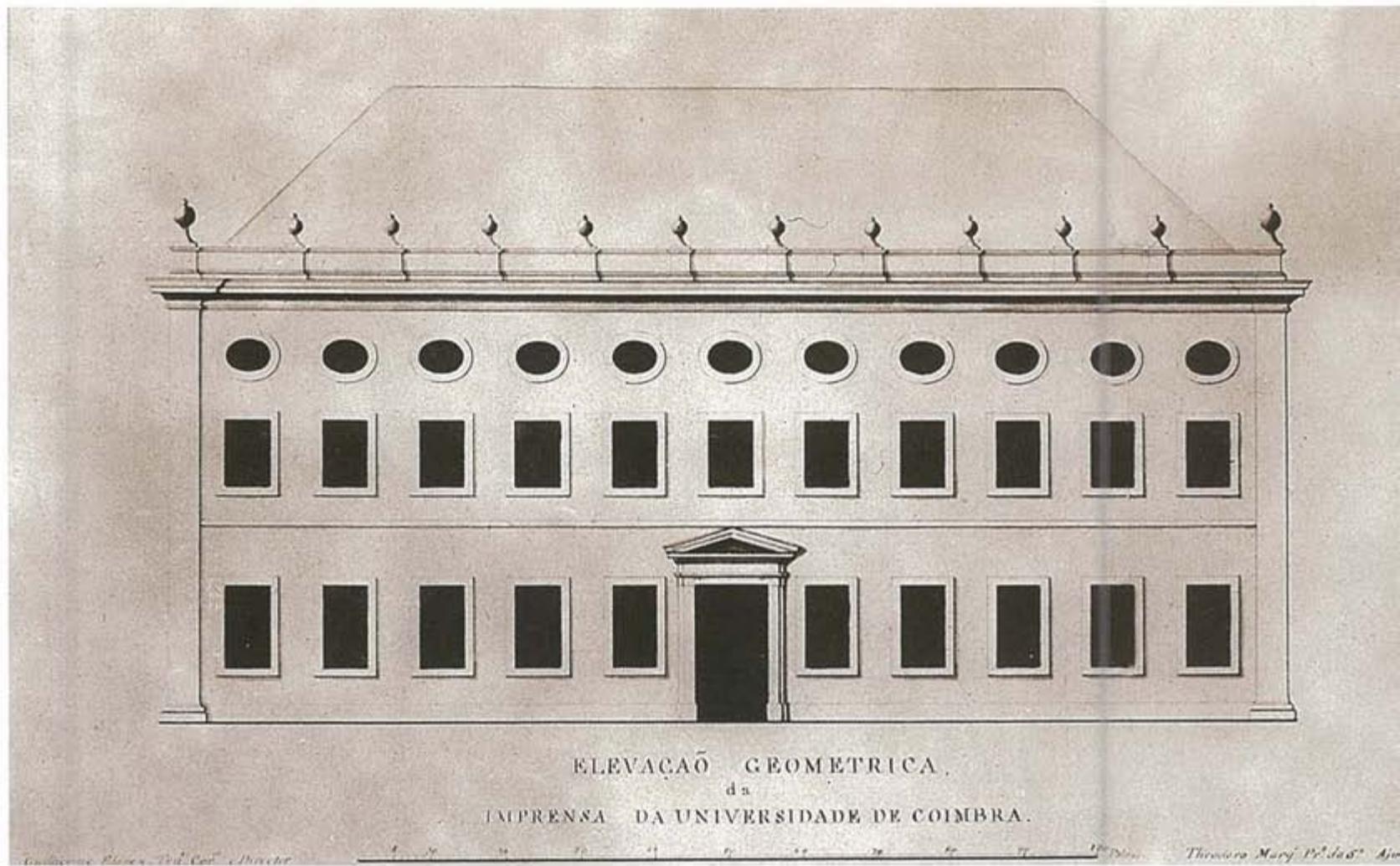
Integravam a Junta as seguintes individualidades:

como presidentes, o Marquês de Pombal e o Cardeal da Cunha, do Conselho de Estado, e como conselheiros, D. Fr. Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja e Presidente da Real Mesa Censória, D. Francisco de Lemos, Reitor da Universidade, Dr. José Ricalde Pereira de Castro, Dr. Francisco António Marques Geraldês, Dr. Manuel Pereira da Silva, Dr. João Pereira Ramos de Azeredo e Dr. José de Seabra e Silva.

Em 28 de Agosto de 1771, a Junta apresentou o célebre *Compêndio histórico do estado da Universidade no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e directores que a regiam pelas maquinações e publicação dos novos Estatutos por eles fabricados*.

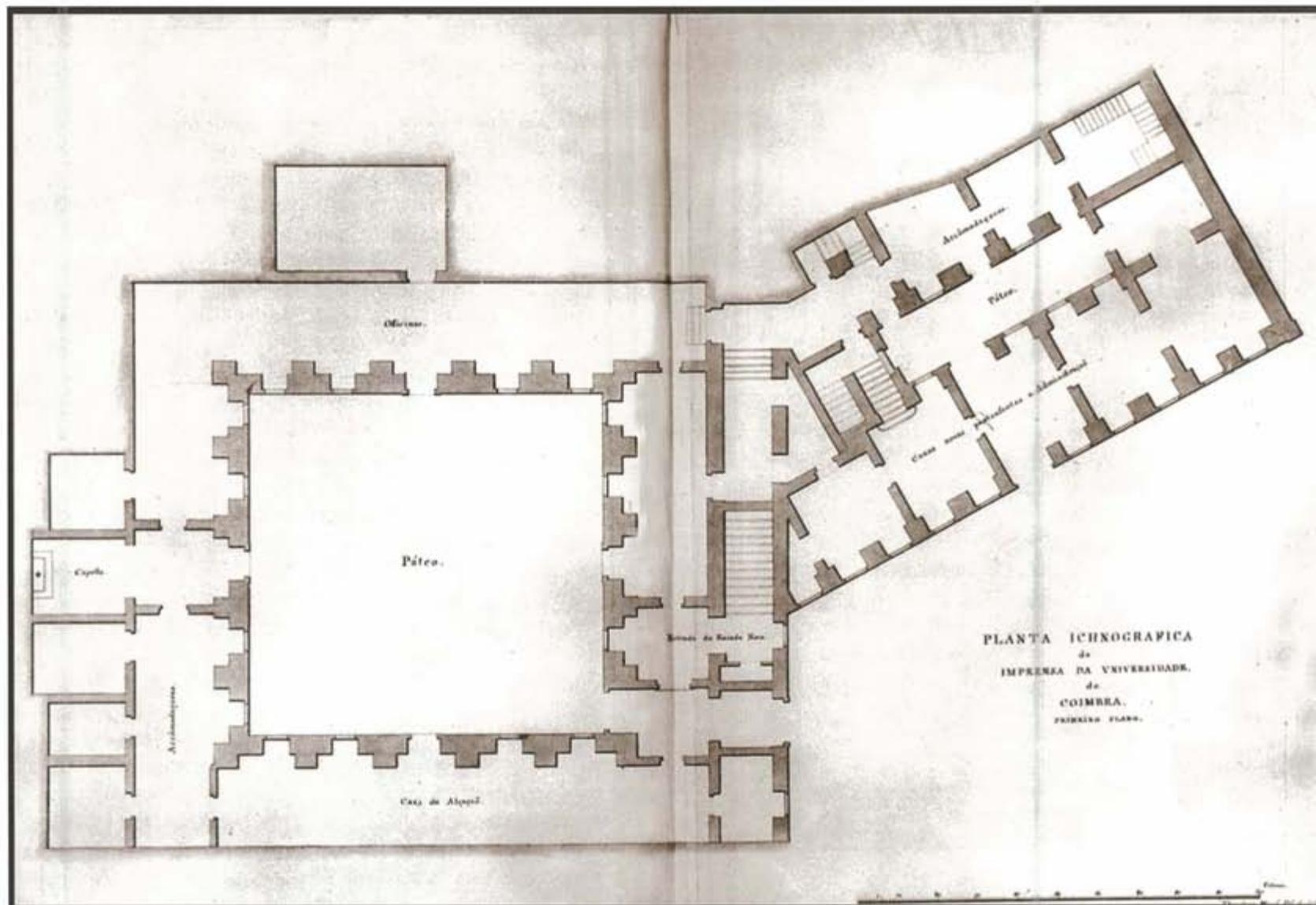
Este documento foi o ponto de partida para a elaboração dos Estatutos de 1772, os *Estatutos Novos*.





Ellecação Geométrica da Imprensa Régia da Universidade elaborada por Guilherme Elsdén..., in "Riscos das obras da Universidade de Coimbra". Coimbra, Museu Machado de Castro. Instituto Português do Património Cultural. Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983, p. 48. [Rep.]

Planta iconográfica da Imprensa Régia da Universidade Coimbra, desenho a tinta da china e aguada sobre papel, últ. Quartel séc. XVIII, in "Riscos das obras da Universidade de Coimbra". Coimbra, Museu Machado de Castro. Instituto Português do Património Cultural. Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983, p. 47. [Rep.]



A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina

O Marquês de Pombal, Reformador e Visitador da Universidade

A 25 de Setembro de 1771, eram suspensos os Estatutos existentes e o seu Reitor, D. Francisco de Lemos, nomeado Reformador da Universidade.

Por carta régia de 28 de Agosto de 1772, D. José I mandou executar os Novos Estatutos e nomeou o Marquês de Pombal como Reformador e Visitador da Universidade "com jurisdição privativa, exclusiva e ilimitada". Assim, concedia ao Marquês de Pombal "plenos poderes a fim de proceder à reforma dos Estudos da Universidade de Coimbra, ordenando-lhe que restituísse e restabelecesse nela as Artes e as Ciências contra as ruínas em que se achavam sepultadas", fazendo publicar novos Estatutos.

O Marquês mantém uma Universidade única e em Coimbra, em contra-posição às concepções iluministas que defendiam a instalação da universidade em grandes centros, junto do poder real. Esta visão antagoniza a perspectiva renascentista.

O ano de 1772 foi o ano da aplicação dessa importante Reforma, também chamada então "Nova Criação" ou "Nova Fundação" da Universidade.

Em 15 de Setembro de 1772 o Marquês de Pombal parte de Lisboa a caminho de Coimbra, levando consigo os Novos Estatutos, iniciando-se assim na Universidade de Coimbra uma autêntica reforma do ensino e da estrutura universitária.

Nesse mesmo ano, em Outubro, o Rei manda que sejam recolhidos todos os exemplares dos estatutos abolidos que existissem nas livrarias dos Colégios incorporados na Universidade ou em posse de qualquer particular.

Foi executor da Reforma:

D. Francisco de Lemos, como reitor-reformador, coadjuvado por João Pereira Ramos, jurista, José Monteiro da Rocha, matemático, Fr. Manuel do Cenáculo, teólogo e erudito, e António Pereira de Figueiredo, teólogo e historiador.

Numerus clausus

Data também de 1772, por ordem do Marquês de Pombal, a primeira instituição de *numerus clausus*, ao escrever ao reitor dizendo que, quando o número de alunos chegar a 1.200 "creio que se entenderá que são bastantes".

Os 4.000 que então se matriculavam "seriam prejudiciais ao Reino".

As instituições da Reforma Pombalina

A Reforma consagrou, como novos órgãos da Escola, o Claustro Pleno, o Conselho de Decanos e as Congregações das Faculdades.

Criou novas faculdades e institutos científicos, mantendo-se as já existentes - Teologia, Cânones, Leis e Medicina. É de salientar a reforma da Faculdade de Medicina no sentido da investigação experimental, seguindo as sugestões de Ribeiro Sanches.

Assim, foram criadas duas novas Faculdades: a de Matemática e a de Filosofia, versando esta as Ciências da Natureza - Zoologia, Botânica, Física, Química e Mineralogia.

Reitor

D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1770-1779)

As origens da arte de imprimir

A história da arte de imprimir remonta ao ano de 868, com a utilização da xilogravura (gravura em madeira) pelo chinês Wang-Chiën. Em 1041, também na China, Pi-Shang fez estampagem de textos, recorrendo à gravação de letras em madeira ou fabricando-as em argila recozida ou em porcelana moldada em formas de ferro.

Na Europa, o uso de caracteres móveis talhados em madeira, é atribuído a Lourenço Coster por volta de 1430. O primeiro dos seus incunábulos é ainda de 1430. Trata-se da *Oração Dominical e o Símbolo dos Apóstolos*, um pequeno folheto de oito páginas.

Alguns anos mais tarde, Schoeffer, um hábil metalúrgico, inventou a liga metálica e a técnica para fabricar caracteres, o que conduziu, em 1455, à 1.ª edição da *Bíblia*.

Em 1440, Coster expôs as suas primeiras obras impressas na *Feira das Relíquias*, em Aix, onde puderam também ser observadas por Gutenberg. O nome de Gutenberg ficaria ligado à sua indiscutível invenção do primeiro prelo bipaginal, que todos os impressores passaram então a usar e que se manteve quase intacto durante mais de três séculos.

Em Portugal, as oficinas tipográficas remontam a D. João II. O primeiro livro impresso em Portugal, o Pentateuco de Faro, é uma obra do judeu Samuel Gacon produzida em 1487. O *Tratado da Confissão*, o primeiro livro impresso em português no nosso País, saiu em Chaves, em 1489.

Em Coimbra, desde 1530 que havia uma tipografia em funcionamento - a imprensa do Real Mosteiro de Santa Cruz -, organizada pelo impressor francês Germão Galharde.

Esta imprensa destinava-se ao serviço do Mosteiro. Os próprios cônegos compunham, imprimiam e gravavam em madeira. Foi ainda no ano de 1530, a 9 de Agosto, que foi impresso o primeiro livro em Coimbra intitulado *Repertório pera se acharem as materias do livro Spelho de Consciência*. Em Abril de 1531, foi contudo um breviário para uso da congregação intitulado *Breviarium secundum usum sancte crucis colimbricensis*.

Foram ainda criados diversos institutos científicos: o Hospital, o Teatro Anatómico, o Dispensatório Farmacêutico, o Observatório Astronómico, os Gabinetes de História Natural e de Física Experimental (com instrumentos didácticos que constituem uma das melhores colecções do género referentes aos séculos XVIII e XIX), o Laboratório Químico e o Jardim Botânico. Fundou também a Imprensa da Universidade de Coimbra.

Na criação das novas instituições e do ensino experimental houve a intenção de promover, como finalidades, o desenvolvimento das indústrias, da mineração e da agricultura, numa concepção de “Progresso” científico e tecnológico.

Os estudos na Reforma Pombalina

A Reforma Pombalina manifestou sobretudo interesse pelas ciências da natureza e pelas ciências do rigor, que tão afastadas se encontravam do ensino universitário, não esquecendo, porém, as “faculdades positivas” (Teologia, Cânones e Leis), em função das concepções regalistas em relação à Igreja, que adoptou.

Assim:

- foram desenvolvidas novas orientações dos planos de estudos
- foi fomentada a experimentação, no domínio das ciências
- nas faculdades de Teologia, Cânones e Leis foi implantado um novo espírito mais crítico que dogmático e realçada a posição jusnaturalista, que assentava no primado da razão, bem como a importância da história como método interpretativo
- foram introduzidos novos compêndios para o ensino, de acordo com as orientações anteriores
- intensificaram-se os contactos com o estrangeiro, tendo sido convidados a leccionar em Coimbra muitos professores vindos de além-fronteiras, como seja o italiano Domingos Vandelli, que ficou associado à revivificação da faiança decorativa, com grande tradição em Coimbra e que ainda hoje está presente
- muitos professores portugueses viajaram pela Europa além pirenaica, contactando com universidades e centros de investigação e com especialistas de diversos ramos do saber
- foram adquiridos novos livros e instrumentos para a Universidade
- iniciou-se um estreito relacionamento entre Portugal e o resto da Europa.

Já desde finais do séc. XV, diversas universidades da Europa procuravam possuir tipografias ou, pelo menos, tipógrafos que trabalhassem para elas, mediante o estabelecimento de contratos que definiam direitos e obrigações mútuas: prioridade para as obras académicas, privilégios para os tipógrafos a par da remuneração material pelo seu trabalho.

Coincidindo com esta orientação geral, a Universidade de Coimbra procurou apetrechar-se com os meios tipográficos indispensáveis ao serviço e à difusão da cultura, após a sua instalação definitiva na cidade, em 1537, por decisão de D. João III.

Em 1539, D. João III concedeu aos livreiros que tivessem, em Coimbra, “suas tendas com cópia de livros das ciências que se na dita universidade lêem”, todos os privilégios e liberdades dos estudantes e oficiais da Universidade.

Em 1546, o Conselho da Universidade, presidido pelo Reitor, Fr. Diogo de Murça, dava procuração a João Álvares, impressor, para se deslocar a Lisboa e arrecadar “toda a impressão de que hora el rey noso senhor fez merce a este Estudo, para a trazer a ele” e também para “a avalyar e lhe por os preços que justos forem”. Ficava assim a Universidade com um valioso conjunto de instrumentos e materiais de imprensa.

Em 1548, D. João III confirmou, por provisão, o contrato que, por sua comissão, o mesmo Fr. Diogo de Murça tinha celebrado com os impressores João de Barreira e João Álvares, estabelecidos em Coimbra desde 1542 e trabalhando em parceria. “para averem de ter impressão na [...] universidade”. Aos impressores, em conjunto, seria pago o ordenado anual de 12.000 réis e gozariam do privilégio de serem e se intitularem tipógrafos exclusivos da Universidade. Os instrumentos e materiais de impressão que o rei oferecera estavam guardados numa dependência dos paços reais, onde a Universidade se instalara, e eram fornecidos aos impressores, quando estes os necessitavam, por Fernão Lopes de Castanheda, guarda do cartório e da livraria, a cuja responsabilidade estavam confiados.

Em 1560, após a morte de Fernão Lopes de Castanheda, estes materiais — dois prelos, doze caixas para letras, setecentas e catorze letras de títulos e começos de capítulos, catorze quintais de estanho, “miudanças e guarnições” — a que se juntaram “letras e matrizes” vindas da tipografia do Colégio das Artes, foram entregues aos dois impressores, João de Barreira e João Álvares, como fiéis depositários, obrigando-se estes a restituí-los à Universidade se e quando esta lhes pedisse. O valor da imprensa doada por D. João III à Universidade era de “setecentos e sessenta e tantos mil réis”.

A Universidade terá o cuidado de celebrar novos contratos, de modo a dispor do serviço de dois impressores privilegiados (os quais, a partir dos Estatutos de 1591, são enumerados entre os seus oficiais), por vezes aceitando que as viúvas dos que haviam falecido continuem a sua actividade: são conhecidos os contratos de António de Barreira (1587), António de Mariz (1595), Diogo Gomes de Loureiro (1602); Maria Flores, viúva de Nicolau de Carvalho e seu filho Manuel de Carvalho (1633), Tomé de Carvalho (1651), Maria Coutinha, viúva de Manuel de Carvalho (1651), Manuel Dias (1652). Sabe-se que foram também impressores privilegiados Nicolau de Carvalho (1611, ano em que ficou depositário de algum material tipográfico pertencente à Universidade), e já na parte final do século XVII e século XVIII, José Ferreira, António Simões, José Antunes da Silva e António Simões Ferreira (pai e filho).

Para além de assegurar, por esta via, em condições de prioridade, a impressão de trabalhos de lentes e estudantes e mais pessoas do seu grémio, a Universidade exerceu, ao longo deste período, uma acção importante no fomento de publicações, emprestando dinheiro aos autores que desejavam editar as suas obras: Fr. Luís de Sotomaior, o Doutor Ambrósio Nunes, a viúva do Doutor Francisco de Caldas Pereira, Fr. José Caetano e Fr. Martinho Pereira contam-se entre os que beneficiaram deste apoio.

A reforma exigiu alicerces financeiros muito sólidos, pelo que a Fazenda sofreu profundas alterações.

A anexação dos bens da Companhia de Jesus constituiu um dos seus mais importantes suportes.

O Marquês de Pombal, dotado de um grande dinamismo, fez publicar inúmeros decretos sobre os mais diversos assuntos da vida da Universidade. Só mesmo as vontades inabaláveis do Marquês de Pombal e do Reitor D. Francisco de Lemos puderam superar as fortes resistências que a todo o momento se opunham à Reforma e levá-la por diante, ainda que de forma incompleta.

Da reforma Pombalina à República

A “Viradeira” como processo reaccionário

As resistências que a Reforma Pombalina suscitou desde o início avolumaram-se com a morte de D. José, em 1777, e a subida ao poder de D. Maria I, com a consequente queda do Primeiro-Ministro, o Marquês de Pombal. O período inicial do reinado de D. Maria I ficou conhecido por “Viradeira”, para marcar o seu carácter anti-pombalino.

O espírito da “Viradeira” não poupou a Reforma Pombalina da Universidade. Não foi destruída, mas houve ao princípio, pelo menos, uma certa reacção contra os seus mentores.

D. Francisco de Lemos deixou o cargo de reitor e ascendeu a bispo titular de Coimbra, em 1779. Na *Relação Geral do Estado da Universidade*, dirigido à Rainha D. Maria I, em 1777, evidenciou as condições em que a Reforma se verificou, salientando as dificuldades da sua execução, e defendeu a “rigorosa obrigação” de a Rainha sustentar a obra de seu pai. Dando guarida às resistências sentidas desde início, o espírito da Reforma não foi desenvolvido.

O novo Reitor, D. José Francisco de Mendonça, Principal da Patriarcal de Lisboa, ficou conhecido por Principal Mendonça.

O renovado condicionalismo cultural que se ia afirmando na Academia das Ciências de Lisboa criada em 1779, não entrava na Universidade, o que originou críticas à Universidade da “Viradeira” e ao seu Reitor.

O reitorado do Principal Mendonça, entre 1779 e 1785, foi, por isso, bastante agitado. O Reitor viria, aliás, a ser satirizado, por estudantes insatisfeitos que aspiravam a outras realidades.

O poema herói-cómico intitulado *O Reino da Estupidez*, de 1785, distribuído em cópias manuscritas, é um significativo exemplo deste estado de coisas.

As dificuldades da Universidade

A Universidade nunca conseguiu um verdadeiro estatuto de autonomia criativa, ao contrário do que aconteceu com universidades anglo-saxónicas e com a Universidade alemã inspirada por Humboldt. Pelo contrário, foi ficando cada vez mais ligada ao Estado.

Em 1791, foi suprimida a cadeira de Filosofia Racional e Moral, na Faculdade de Filosofia, desaparecendo assim do ensino universitário a cultura das Letras e das Humanidades, apenas restauradas em 1911.

D. Francisco de Lemos, nomeado novamente como Reitor, entre 1799 e 1821, continuou defensor intransigente da reforma pombalina. O seu reitorado foi atacado por docentes e estudantes – em 1817, um caderno manuscrito (anónimo) intitulado *Lanterna Mágica*, satirizava a administração e a pessoa do Reitor, o que teve continuidade em muitos outros pasquins.

A segunda parte da actividade reitoral de D. Francisco de Lemos foi dedicada especialmente ao melhoramento de alguns dos novos estabelecimentos científicos, sendo particularmente relevantes os do Jardim Botânico. Tiveram também grande interesse para a vida da Universidade, as viagens de estudo e missões científicas efectuadas à África, América e Europa, por professores de diversas Faculdades.

À margem da Universidade, e na sequência da política já seguida por Pombal e que será mais tarde continuada pelo liberalismo, D. Maria I e D. João VI procederam à criação de novas escolas “médio-superiores” de tipo técnico-científico e artístico.

Reitores 1779-1910

D. José Francisco Miguel António de Mendonça (1779-1785)
D. Francisco Rafael António de Castro (1786-1799)
D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1799-1821)
D. Francisco de S. Luís, O. S. B. (1821-1823)
D. Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendonça (1823-1827)
D. Sebastião Correia de Sá e Meneses (Conde de Terena) (1841-1848)
José Machado de Abreu (1850-1853)
Basílio Alberto de Sousa Pinto (Visconde de S. Jerónimo) (1859-1863)
Vicente Ferrer Neto Paiva (1863-1864)
António Luís de Seabra (Visconde de Seabra) (1866-1868)
Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (Visc. de Vila Maior) (1869-1884)
Adriano de Abreu Cardoso Machado (1886-1890)
António dos Santos Viegas (1890-1892)
António Augusto da Costa Simões (1892-1898)
Manuel Pereira Dias (1898-1906)
António dos Santos Viegas (1906-1907)
D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Osório (1907)
António das Neves Nunes Oliveira e Sousa (1907-1908)
Alexandre Ferreira Cabral Pais do Amaral (1908-1910)

O Marquês de Pombal e a Imprensa da Universidade

A Real Officina da Universidade

Em 1759, no reinado de D. José, foram extintos os privilégios dos impressores da Universidade.

No mesmo ano, foi sequestrada a imprensa do Colégio das Artes, estabelecida em Coimbra desde 1710, acto que antecedeu de alguns meses a expulsão dos jesuítas por “perpetua proscricção e desnaturalização dos denominados jesuítas”.

Com o espólio da imprensa dos jesuítas, o Marquês providenciou a fundação da *Real Officina da Universidade*, que ficou a ser administrada pelo impressor José Correia da Costa.

Em 1767, o espólio da *Real Officina* foi reforçado com tipos oriundos da “nova” imprensa do Mosteiro de Santa Cruz que havia sido confiada aos cônegos regantes de Santo Agostinho desde 1758, com a finalidade de servir a Academia Litúrgica. Nesse ano de 1767, o Marquês extinguiu a Academia.

A *Real Officina da Universidade* não dispunha, contudo, de condições adequadas que permitissem imprimir os Novos Estatutos da Universidade, assim como outros livros para o ensino. O Marquês de Pombal teve, por isso, de os mandar imprimir na tipografia régia, em Lisboa.

A tipografia régia fora criada em Dezembro de 1768, tendo estado na origem da actual Imprensa Nacional.

Por Carta Régia de 7 de Fevereiro de 1769, foi determinado que o cofre da Universidade de Coimbra emprestasse ao da Imprensa Régia 40:000\$000 “para ajuda [...] do primeiro estabelecimento da dita officina” tendo em conta que a Universidade beneficiaria com a sua instalação.

Apesar das grandes dificuldades de renovação estrutural, a Universidade ia, ainda assim e pelo menos na aparência, ganhando força institucional, tendo-lhe cabido, entre 1799 e 1859, a incumbência de fiscalizar a instrução pública, através da inicialmente designada Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino.

Em 1859, a criação em Lisboa de uma Direcção-Geral de Instrução Pública e de um Conselho Superior de Instrução Pública acabou com esta incumbência da Universidade.

A Universidade e as invasões francesas

As invasões francesas, com assaltos por parte dos invasores à própria Universidade, fizeram-na sofrer avultados prejuízos. Como resposta às invasões, a Universidade formou vários Batalhões Académicos. Por carta régia de 1809, foi ordenado o encerramento das aulas e que se colocassem a salvo as muitas preciosidades existentes na Universidade. Após as invasões, quando as tropas francesas se retiraram, era grande a desorganização geral em que se encontrava a Universidade, pelo que apenas foi reaberta em 1811.

A revolução liberal

Nos inícios do século XIX, em toda a Europa, era patente uma agitação dos espíritos nos domínios religioso, político, científico e social.

A revolução liberal em Portugal eclodiu no Porto em 1820 e depressa fez alastrar os seus ideais. Começa a fermentar todo um conjunto de ideias que mais tarde virá a pôr em causa o próprio regime monárquico.

À proclamação do regime liberal, seguir-se-á um longo período de agitação política, com múltiplas implicações na vida da Universidade.

No clima de agitação entre liberais e absolutistas, docentes e discentes universitários tomavam partido nessa divisão ideológica, tendo-se verificado demissões quer de professores quer de alunos.

Instalaram-se, assim, factores de antagonismo no seio da Universidade e de divisão na sociedade, pelo que as portas da Universidade tiveram de ser encerradas por diversas vezes: em 1828-1829, de 1831-1832 a 1833-1834 (fim da guerra civil) e, mais tarde, em 1846-1847.

Com o objectivo de manter toda a integridade e disciplina escolar dos estabelecimentos literários em Coimbra, virá a ser promulgado, em 1839, o primeiro regulamento da Polícia Académica.

Os tempos de tensão ficam também patentes no facto de não ter sido comemorado, em 1890, o VI centenário da fundação da Universidade "principalmente por se não haverem ainda realizado os melhoramentos de que tanto carecem os estabelecimentos auxiliares".

As mudanças na Universidade durante o período liberal

Foram poucas as mudanças. A Universidade manteve a sua estrutura pomalinalina. Eventuais projectos de reforma profunda, mesmo vindos da própria Universidade não vingaram.

Com a revolução liberal ocorreu o desaparecimento das prerrogativas universitárias: • a extinção do foro académico • a incorporação da Fazenda da Universidade no Estado (1835).

Os colégios foram extintos*.

Ao fim de séculos de primazia dada ao clero, foi nomeado um reitor leigo saído do Conselho Régio – Sebastião Correia de Sá e Meneses, Conde de Terena.

* O Liceu de Coimbra, criado pela reforma de Passos Manuel de 1834, veio a suceder ao Colégio das Artes e permaneceu sob jurisdição da Universidade de Coimbra até 1880. O reitor da Universidade era simultaneamente reitor do Liceu, os seus alunos inscreviam-se na Secretaria Geral da Universidade e estavam sujeitos ao foro académico. Os seus professores, tal como os do Colégio das Artes, faziam parte do corpo docente universitário.

O Liceu de Coimbra, hoje designado José Falcão, só a partir de 1936, com o Estado Novo, teve edifício próprio; até aí, funcionou em espaços universitários – Colégio das Artes, Colégio de Jesus e Colégio de S. Bento. Recorde-se que muitas aulas de disciplinas não humanísticas eram dadas em departamentos científicos da Universidade.

O panorama tipográfico em Coimbra

A acção do Marquês de Pombal, ao concentrar todo o trabalho tipográfico na Imprensa da Universidade fez vibrar um duro golpe nas imprensas particulares que, aliás, acabaram por desaparecer em Coimbra.

Só em 1823, apareceu de novo uma imprensa particular em Coimbra, na Rua dos Coutinhos, fundada pelo Reitor da Sé Catedral, padre Manuel Nunes da Fonseca.

Nos anos subsequentes, o número de tipografias foi aumentando, até atingir um total de 15, registado em 1893.

A nova Imprensa

A Real Officina da Universidade durou até 1772. Não estando à altura da Universidade reformada, tornou-se necessário fundar uma nova e mais grandiosa Imprensa.

Para isso, era urgente encontrar um vasto edifício onde se pudesse instalar, vindo as condições a ocorrer com a mudança da antiga Sé Catedral para a Igreja dos Jesuítas – a actual Sé Nova.

Tendo ficado devoluto o claustro da Sé Velha, foi ordenado pelo Marquês, por provisão de 15 de Outubro de 1772, que para aí fosse transferido todo o material da *Real Officina da Universidade*. Para tornar mais amplo o espaço e possibilitar uma perfeita instalação das oficinas tipográficas, foram ainda expropriadas e anexadas as casas e quintais vizinhos da Sé Velha.

Solucionado o problema do espaço, foi dado início às obras de adaptação às novas funções.

Para a construção do edifício da Imprensa, o Reitor D. Francisco de Lemos julgou conveniente mandar demolir a torre e a escadaria existente em frente da porta principal da antiga Sé, bem como mandar suprimir uma pequena rua que ia da rua do Norte em direcção ao Colégio de Santa Rita. As instalações da Imprensa ficaram concluídas em Junho de 1773, tendo a oficina sido apetrechada com prelos e outro material tipográfico.

Nos inícios de 1773, foram nomeados Bernardo Correia de Azevedo Morato como administrador e Joaquim José da Silva Nogueira como primeiro abridor de buril das estampas. Joaquim Nogueira veio a revelar-se também como pintor. O retrato do Marquês de Pombal, então presente na grande sala de conferências da Imprensa da Universidade, foi disso testemunho.

Apesar de todos os esforços feitos, a nova Imprensa ainda não tinha, em Outubro de 1773, o desenvolvimento suficiente para imprimir os livros que deviam servir no ano lectivo de 1773/1774. Por isso, foi necessário fazê-los imprimir em Lisboa na *Tipografia Régia* e enviá-los para Coimbra através do Porto da Figueira da Foz, dado o volume e o enorme peso que representavam as centenas de livros.

Outras medidas foram tomadas para fomentar a actividade da Imprensa, ou Tipografia Académica, como também a designava o Marquês. Por alvará de 16 de Dezembro de 1773, foi-lhe concedido o exclusivo da impressão dos "livros clássicos dos estudos mathematicos, por haver cessado o fim com que antes fora concedido ao Collegio Real dos Nobres". Ficou ainda com o privilégio exclusivo para a impressão das *Ordenações do Reino*, que antes havia sido concedido ao Real Mosteiro de S. Vicente de Fora.

Finalmente, em 12 de Abril de 1774, o Reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos, enviou ao Marquês de Pombal exemplares dos primeiros livros que se imprimiram na Imprensa: "dous volumes de Bezout, hum de Logica e Metaphysica de Genuense, e o quarto de Van-Espen".

O RETRATO DE VENUS,

P O E M A

POR J. B. DA SILVA LEITÃO
D'ALMEIDA GARRETT.



COIMBRA,

NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

ANNO I. (1821)

REGIMENTO
DA
PROSCRIPTA
INQUISIÇÃO
DE
PORTUGAL,
ORDENADO
PELO INQUISIDOR GERAL
O CARDEAL DA CUNHA,
E PUBLICADO
POR
JOSÉ MARIA DE ANDRADE.

Veritas odium parit.



COIMBRA,
NA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE,
ANNO I. DA CONSTITUIÇÃO (1821).

Com Licença da Comissão de Censura.

Em 1836 surgiu a Faculdade de Direito, como resultado da fusão da Faculdade de Leis com a Faculdade de Cânones, uma alteração determinada pela Reforma de Passos Manuel, inserida na acção do Governo "setembrista" saído da Revolução de Setembro de 1836.

Os estudos jurídicos continuaram a ser a área de maior importância da Universidade. Alguns dos mestres de Direito contribuíram de forma notória para a construção do novo aparelho legal liberal.

O avanço da corrente laica e regalista conduziu, por outro lado, ao estíolar da Faculdade de Teologia.

Após alguns esforços pouco consistentes verificados na sequência da revolução liberal de 1820, os estudos científicos foram subalternizados.

Continuou a criação de novas escolas à margem da Universidade – Escolas Politécnicas, Escolas Médico-Cirúrgicas, Curso Superior de Letras.

A renovação e a valorização do saber

Foi a partir do reitorado do Visconde de Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1869-1884) que se assistiu a uma arrancada no sentido da valorização do saber e da aproximação com as mais actualizadas universidades europeias. Foi grande a vontade de renovação dos planos de estudo em todas as faculdades, de criação de novos cursos, tendo sido reivindicada com insistência uma Faculdade de Letras para promoção dos Estudos Humanísticos. Intensificaram-se ainda os contactos com o estrangeiro e aumentou a aquisição de material científico.

Em 1883, o Reitor Visconde de Vila Maior foi encarregado de preparar os elementos necessários para a reforma do ensino superior, tendo para o efeito elaborado o relatório designado *Instrução Superior*.

As polémicas e os conflitos na Universidade

A Universidade foi palco de grandes polémicas político-culturais: • a revolta da geração académica liberal de 1820, contra a alegada situação decadente da Universidade e do ensino em geral, liderada por homens como Almeida Garrett • os conflitos com os estudantes brasileiros nesse tempo de afirmação da independência do Brasil, em 1822, cujo "patriarca" foi o lente de Filosofia José Bonifácio de Andrade e Silva • a luta levada a efeito por vários professores e estudantes, em 1850, contra o projecto de regulamentação da liberdade de imprensa, conhecida como "Lei das Rolhas" • os conflitos estudantis com a população ou com o governo, que passaram por formas de luta como o abandono da cidade pelos escolares – a "Tomarada" –, ou o embarque de comboio para o Porto, a "pátria da liberdade", pelo facto de ali ter eclodido a revolução liberal • as polémicas entre as posições regalistas e laicistas, a propósito da fixação do dogma da Imaculada Conceição em 1854 • o debate literário e cultural da década de 60 liderado por Antero de Quental, com a defesa de novas correntes literárias em oposição ao romantismo e que ficou conhecido, significativamente, por "Questão Coimbrã".

A luta contra a monarquia

A luta contra a monarquia em crise encontrou momentos significativos nas comemorações dos centenários da morte de Camões, em 1880, e da morte do Marquês de Pombal, em 1882.

Serviram também os mesmos objectivos, as movimentações académicas republicanas da década de 90 e nomeadamente a greve académica de 1907.

O primeiro Regimento da Imprensa

Pode dizer-se que a Imprensa se deve ao esclarecimento e à determinação do Marquês de Pombal e de D. Francisco de Lemos. Nem a morte de D. José I, em 24 de Fevereiro de 1777, nem o consequente afastamento do Marquês de Pombal, como seu fundador, abalaram os alicerces da Imprensa.

A rainha D. Maria I continuou a olhar a Imprensa com o entusiasmo que anteriormente lhe era votado, facultando poderes ao director para desenvolver o aperfeiçoamento da arte tipográfica.

Em 9 de Janeiro de 1790, por alvará régio, foi publicado o seu primeiro Regimento. Passou a denominar-se Real Imprensa da Universidade ou Imprensa da Universidade.

No Regimento constavam:

- a) as atribuições de todos os seus funcionários e a isenção de direitos para o papel, durante dez anos;
- b) o dever de serem entregues à Biblioteca da Universidade, bem encadernados, dois exemplares de todos os títulos publicados;
- c) a forma de governo da Imprensa da Universidade, que seria provido pelo Conselho de Decanos e constituído por:

- "Um Director, pessoa dotada de instrução competente de bibliografia e de arte tipográfica;
- Um Revisor, o qual deveria ter a inteligência necessária das línguas e das matérias;
- Um Administrador – para o qual se deveria eleger um mestre impressor ou mercador de livros."

Os privilégios dos funcionários da Imprensa

À semelhança do que já acontecia com os demais funcionários qualificados da Universidade, foram também dados privilégios aos da Imprensa. Data de 1796, o registo da carta de privilégios passada em favor de Joaquim José Nogueira, abridor de buril:

"Privilégios são os seguintes: o conservador da Universidade ou quem o seu cargo servir he somente o juizo privativo e competente do suplicante [...] he mais privilegiado e libertado de servir cargos do concelho (não ser procurador, almotacé, sacador, recebe-dor) nada pagara para fintas de pontes, portas, caminhos, muros, calçadas, pedidos de palha, empréstimos que para bolsa de morada de presos [...] libertado pera se lhe tomarem suas casas de morada, adegas, estrabarias, roupas, camas, pão, cevada, palha, carneiro [...]"

A actividade da Imprensa da Universidade

Dos prelos da Imprensa saíam então os manuais da Reforma Pombalina, obras relativas a cada faculdade e outras publicações, como periódicos de estudantes e folhetos. Ai eram igualmente produzidos os livros de utilização interna: livros de matrículas e de exames, cartas de curso e bem assim teses e outras provas académicas.

Para além disso, e como o trabalho pedido pela Universidade não preenchia a capacidade plena de funcionamento da oficina, e não houve em Coimbra impressas particulares até 1823, imprimia ainda trabalhos externos à Universidade. A partir de 1800, a Imprensa da Universidade iniciou a publicação de um importante repertório da relação de alunos nela inscritos sob a designação "*Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra*". Esta publicação passou a designar-se, a partir de 1865-66, por Anuário, e a partir de 1866-67, por Anuário da Universidade. A estrutura da obra foi-se alterando, alargando-se a informação a diversos aspectos da vida da Universidade, a partir de 1869-70.

O âmbito das obras publicadas pela Imprensa da Universidade

Os autores e as obras preferidas pela Imprensa da Universidade para serem impressas e as que eram difundidas são reveladoras de uma época, mas também do espírito que presidiu principalmente à Reforma delineada pelo Marquês de Pombal. Algumas encontravam-se, inclusive, no *Index*.

Os anseios renovadores transparecem ainda em *Orações de Sapiência* de professores republicanos como Bernardino Machado e Sidónio Pais. São alocações contra o que consideravam ser a sobrevivência eclesiástica da Universidade e a sua incapacidade reformista.

A *Oração de Sapiência* de Sobral Cid clama a favor da autonomia e do desenvolvimento da Universidade, tomando como modelos o sistema científico-pedagógico de universidade proposto por Humboldt, a prática tradicional da universidade inglesa ou a organização liberal da universidade americana.

O Centenário da Reforma Pombalina em 1872

Em 1872, a Universidade celebrou, com diversas manifestações, o primeiro centenário da reforma pombalina, a que se associaram O Instituto e outras entidades da cidade e do país.

Foram festas pobres, porque a Universidade não dispunha de dinheiro e o Governo quase não deu auxílio algum.

Ficaram, contudo, as muito notáveis memórias históricas das Faculdades de Teologia, de Medicina, de Matemática e de Filosofia, editadas em 1872, e ainda a obra *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra*, do Reitor Visconde de Vila Maior, publicada em 1878. Foi também cunhada uma medalha em bronze no âmbito daquelas festas comemorativas.

A Comissão de Estudantes de Coimbra publicou o número único do jornal *O Centenário do Marquês do Pombal*, em que colaboraram, entre outros, António Cândido, Augusto Rocha e Manuel Silva Gaio.

O associativismo na Universidade

A vida académica ganhou uma nova dimensão com a prática do associativismo. Em meados do século XIX, foi criado em Coimbra O Instituto, uma espécie de "academia" organizada pelos professores.

A nível estudantil, foi criado o Orfeon Académico, em 1880.

Em 1887, foi criada a Associação Académica de Coimbra, que se mantém como a mais antiga associação de estudantes.

Em 1888, teve origem a Tuna Académica. Com o fim de assistir aos estudantes pobres ou doentes e acudir aos que tivessem caído na miséria, um estudante de Direito criou, em 1849, a Sociedade Filantrópico-Académica. Esta sociedade recebeu os seus estatutos em 1852 e ainda hoje se mantém em funções.

Iniciativas culturais dos estudantes

A publicação de uma grande quantidade de jornais, geralmente de duração efémera e de índole literária, demonstram a dinâmica cultural estudantil, a par da edição de uma impressionante quantidade de livros de memórias e de polémica, da autoria de estudantes e de antigos estudantes.

Em 13 de Novembro de 1881 saiu o primeiro número da revista *Porta Férrea*. Trindade Coelho, então estudante de Coimbra, foi seu fundador e redactor.

Além disso, as obras eram também a expressão fiel do cumprimento do espírito do Regimento que determinava que a conferência devia deliberar sobre a "impressão ou reimpressão das obras com tanto que não fossem obras futeis, nas quais não devia trabalhar a Imprensa da Universidade, ainda que por outra parte se visse que haveriam de ter grande consumo".

Através das obras impressas ou difundidas ressaltam nomes de grandes personalidades em quase todos os campos das ciências – Direito, Botânica, Filosofia, Matemática, História, Teologia, Oratória, Medicina, Química, História Natural, Astronomia, Física Experimental – e foram veiculadas as grandes correntes culturais, ideológicas, políticas, religiosas, económicas e científicas que cruzavam a Europa de lés a lés. Na base das obras difundidas e de quase todos os autores publicados estava o iluminismo a expressar, de certo modo, a mundividência seguida na Reforma Pombalina.

Já no século XVIII, a Imprensa da Universidade possuía uma loja de vendas, no edifício da própria Imprensa. Nela se comercializavam livros aí impressos, mas também muitos outros títulos importados do estrangeiro.

Os "livros obrigatórios"

No século XIX, os editais do reitor afixados no início do ano lectivo, publicavam a lista dos livros de que o aluno se deveria munir para frequentar as aulas. De forma ainda mais peremptória, chegaram a determinar que não seria admitido à matrícula académica nenhum estudante que não apresentasse uma declaração da Imprensa da Universidade em como tinha comprado os compêndios do ano que pretendia frequentar, bem como os demais livros necessários para ouvir com proveito as lições respectivas.

As invasões francesas e a Imprensa da Universidade

Durante as invasões, os prejuízos foram enormes para a Imprensa, tendo-se traduzido em estragos em todo o edifício, em saque dos armazéns com roubo ou inutilização de quase todo o papel existente, e em destruição de prelos, de tipos e de livros. Em 1808, por despacho do vice-reitor, foi publicado pela Imprensa da Universidade o jornal *Minerva Lusitana*, o primeiro periódico conimbricense. Nele foi dado conhecimento público do valor e patriotismo da nação e do estado das operações militares e da insurreição contra o exército de Junot, à qual Coimbra aderiu em 23 de Junho de 1808. O lente de Medicina, Joaquim Navarro de Andrade, bem como Luís do Coração de Maria foram quem mais contribuiu para a publicação de diversos números deste periódico.

A Imprensa da Universidade e a revolução liberal de 1820

No período da revolução liberal, a Universidade viveu um período conturbado. Foram grandes as polémicas e as críticas à Universidade e à sua Imprensa.

A Academia, em demonstração de júbilo pela revolução liberal, resolveu celebrar na Sala dos Capelos um *outeiro*, ou *sarau poético*, que se realizou em Novembro, com a participação, entre outros, de Almeida Garrett e de António Feliciano de Castilho. Alguns jornais estudantis de então, de crítica à Universidade, foram publicados pela Imprensa, como é o caso do *Censor Provinciano*. Foi seu director o estudante de Medicina José Pinto Rebelo de Carvalho, que viria a ser expulso da Universidade, na sequência da reacção absolutista. A *Collecção de Poesias recitadas na sala dos actos grandes*, em 1821, em louvor da nova ordem constitucional, e que incluiu algumas críticas ao vice-reitor, também foi publicada pela Imprensa. Dos prelos da Imprensa, saiu também, no ano de 1821, o *Regimento da Proscripta Inquisição de Portugal, ordenado pelo inquisidor geral o Cardeal da Cunha e publicado por José Maria de Andrade*. Na introdução desta obra, compara-se a Inquisição a "uma devastadora peste", acrescentando ainda que terão sido mais de 32.000 as vítimas da Inquisição, sendo que mais de um milhar terá sido "lançado em labaredas".

A Inquisição foi extinta em 1821, na sequência da revolução liberal. É ainda de 1821, a publicação pela Imprensa da Universidade do poema *Retrato de Vénus*, da autoria de Almeida Garrett. Este livro viria a ter a sua venda proibida, sob pena de excomunhão maior, muito por obra dos protestos do padre José Agostinho de Macedo.

A Universidade após a implantação da República, em 1910

O ensino superior nos primeiros anos da República

Com a implantação da República, em Outubro de 1910, esteve em risco a própria existência da Universidade de Coimbra, acusada de inimiga do novo regime político, de retrógrada e de obscurantista. Eram poderosos os inimigos mas, acima de todas as críticas, salientaram-se os serviços que a Universidade de Coimbra tinha prestado ao País, através dos séculos. A reestruturação do ensino, após a implantação da República, passou pelas seguintes medidas: criação da Universidade de Lisboa e da Universidade do Porto, em 1911, com base nas escolas superiores já existentes • criação de novas faculdades e remodelação das que havia • alteração profunda dos planos de estudos aumento dos quadros docentes • apetrechamento das escolas com material científico actualizado • concessão às três universidades de uma certa autonomia administrativa e financeira • criação de um sistema de bolsas que procurava fazer subir ao ensino superior um maior número de alunos • criação, em 1913, do Ministério da Instrução Pública.

A Universidade de Coimbra nos inícios da República

A estrutura da Universidade de Coimbra sofreu alterações significativas. Para além das já existentes Faculdades de Direito e de Medicina e da anexa Escola de Farmácia (mais tarde convertida em Faculdade), foi criada, em Maio de 1911, a Faculdade de Letras, tendo herdado as instalações da extinta Faculdade de Teologia. As Faculdades de Matemática e de Filosofia foram convertidas na Faculdade de Ciências. Foi intitulada a Escola Normal Superior, anexa às Faculdades de Letras e de Ciências, para dar formação pedagógico-didáctica adequada aos futuros professores. A Universidade de Coimbra pôde eleger de novo o seu reitor. Foi eleito Joaquim Mendes dos Remédios (1911-1913), da Faculdade de Letras, mas vindo da extinta Faculdade de Teologia. Ao Reitor Mendes dos Remédios deve-se a criação da *Revista da Universidade de Coimbra*, importante publicação científica que acolheu valiosos trabalhos dos mais prestigiados professores, dando um contributo notável para a história da cultura em Portugal.

Crises e polémicas na Universidade de Coimbra

Entre Maio e Agosto de 1919, uma nova crise afectou a Universidade de Coimbra, quando esta se viu confrontada com um decreto que extinguiu a Faculdade de Letras e criava idêntica Faculdade no Porto. Tratava-se de um Decreto do Ministro Leonardo Coimbra. O incidente que provocou a reclamação de vários docentes e discentes universitários e o apoio de outras instituições científicas como a Academia das Ciências resolveu-se com a revogação do decreto. Uma polémica com sérias repercussões na Universidade surgiu em 1919, após o assassinato do Presidente Sidónio Pais, que conferira à República um carácter fortemente presidencialista. A polémica ocorreu no âmbito de uma revolução monárquica e conduziu à suspensão de quatro professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: Carneiro Pacheco, Fezas Vital, António de Oliveira Salazar e Magalhães Colaço, acusados de terem colaborado no movimento. No entanto, a sua suspensão não teve consequência em termos práticos.

Reitores 1910-2001

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (1910-1911)
Daniel Ferreira de Matos Júnior (1911)
Joaquim Mendes dos Remédios (1911-1913)
Guilherme Alves Moreira (1913-1915)
Arnaldo Mendes Norton de Matos (1916-1918)
Joaquim Mendes dos Remédios (1918-1919)
Joaquim José Coelho de Carvalho (1919)
Filomeno da Camara Melo Cabral (1919-1921)
António Luís Gomes (1921-1923)
Francisco Pinto da Cunha Leal (1924-1925)
Henrique Jardim de Vilhena (1925-1926)
Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro (1926-1927)
Domingos Fezas Vital (1927-1930)
João Duarte de Oliveira (1931-1939)
António Luís de Moraes Sarmiento (1939-1941)
Maximino José de Moraes Correia (1943-1960)
Guilherme Braga da Cruz (1961-1962)
António Jorge Andrade de Gouveia (1963-1970)
José Gouveia Monteiro (1970-1971)
João Manuel Coteló Neiva (1971-1974)
José Joaquim Teixeira Ribeiro (1974-1976)
António de Arruda Ferrer Correia (1976-1982)
Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (1982-1998)
Fernando Manuel da Silva Rebelo (1998-)

Requisição de equipamentos e tipógrafos por D. Miguel

Em 1833, foram requisitados à Imprensa da Universidade, pelo exército de D. Miguel, dois prelos e alguns tipógrafos, para imprimirem as *Ordens do Dia* e o *Boletim do Exército*, na sequência da retirada de D. Miguel do Porto com o seu exército a fim de ir sitiar Lisboa.

O objectivo foi a impressão de um jornal no seu quartel, onde especialmente se publicassem as ordens do dia à força armada, quer durante as marchas, quer nos diversos pontos onde tivesse de acantonar.

Esta pequena tipografia de campanha denominada *Typographia da Intendencia Geral da Policia do Exército*, acompanhou o exército realista durante toda a sua luta política e assistiu à Convenção de Évora Monte, em 26 de Maio de 1834.

O *Boletim do Exército*, que teve como redactor o bacharel António Pimentel Soares, natural de Coimbra, foi publicado em diversas localidades: Coimbra, Leiria, Caldas da Rainha, Óbidos, Mafra, Cabeço de Montachique, Lumiar e Santarém.

Entretanto, com a instabilidade da República, a afirmação da autonomia da Universidade traduzida na eleição do seu reitor foi efémera, passando este, mais uma vez, a ser nomeado.

O movimento de 28 de Maio de 1926 e a Ditadura Militar

O desmoronamento da República demoliberal fundada em 1910, conduziu ao movimento de 28 de Maio de 1926, que, por sua vez, deu lugar à Ditadura Militar e, de seguida, ao "Estado Novo".

No meio académico de Coimbra desenvolveram-se alguns dos movimentos ideológicos mais relevantes de oposição à República parlamentar e que foram sustentáculo do Salazarismo: • o movimento neo-tradicionista monárquico conhecido por "Integralismo Lusitano" • o movimento "católico social", que teve como instituição de apoio no meio escolar o Centro Académico de Democracia Cristã (C.A.D.C.), fundado nos inícios do século XX. No C.A.D.C. tiveram origem as revistas *Estudos Sociais* e *Estudos* e o jornal polémico *Imparcial*. Na Ditadura Militar (1926-1932), ainda se esboçou uma reafirmação da autonomia universitária, com a eleição de Almeida Ribeiro, da Faculdade de Medicina, para Reitor (1926-27). Contudo, de imediato essa prerrogativa foi extinta, voltando os reitores a serem nomeados pelo Governo.

Pela legislação de 1930, o reitor é "representante do Ministério da Instrução Pública perante a Universidade".

O "Estado Novo"

O poder autoritário do "Estado Novo" (estabelecido em 1932-1933) cedo mostrou a sua determinação face à Universidade de Coimbra:

- extinguiu a Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1934;
- demitiu alguns professores mais liberais, em 1935;
- passou a nomear, em 1936, comissões administrativas para a Associação Académica;
- suspendeu a representação dos estudantes na Assembleia da Universidade e no Senado.

A resistência durante o "Estado Novo"

Na Universidade, em particular nos meios estudantis, formaram-se focos de resistência antigovernamental, salientando-se:

- a luta da Associação Académica de Coimbra, pela organização democrática e pela autonomia;
- a criação de meios de difusão das ideias anti-autoritárias;
- o jornal *Via Latina* e as idoias ponco "ortodoxas" que veiculou;
- o recurso às tradições académicas, como veículo de luta contra a acção repressiva do Estado;
- o aparecimento da "balada", como música de intervenção política, com notáveis autores ou intérpretes como Zeca Afonso ou Adriano Correia de Oliveira;
- o envolvimento de sectores universitários nas eleições para a Presidência da República com Norton de Matos, Arlindo Vicente e Humberto Delgado;
- as crises de 1962 e de 1969 e as acções contra a "guerra colonial";
- a criação de organismos culturais (v.g., TEUC), por onde passaram ideias e sensibilidades de esquerda.

A Imprensa da Universidade e a "Lei das Rolhas"

Em 1850 foi apresentado ao Parlamento um projecto de lei destinado a limitar a liberdade de imprensa, mais conhecido por "Lei das Rolhas". A Universidade reagiu energeticamente contra este projecto, cujas disposições afectavam os seus próprios professores. Vicente Ferrer Neto Paiva escreveu um opúsculo intitulado *Defesa da Representação dos Lentes da Universidade de Coimbra* contra o referido projecto, dedicando-o à memória do Marquês de Pombal, na sua qualidade de Reformador da Universidade.

Regulamento Provisório de 1854

Em 1853, uma portaria ministerial nomeou uma Comissão para elaborar o Regulamento de funcionamento da Imprensa. No *Regulamento Provisório* para a Imprensa da Universidade de Coimbra, publicado em 1854, ficaram estabelecidas, em pormenor, as penas pelas faltas de serviço e infracções do Regulamento, bem como as funções dos seus trabalhadores: fiel de armazém, alçador, fiel da loja de livros, director das oficinas de composição, compositores, aprendizes de compositor, mestre dos impressores, impressores e ajudantes, porteiro, policia interna do estabelecimento. Nas disposições gerais ficou clara a proibição de ingerência directa ou indirecta nos negócios de qualquer outra oficina tipográfica ou de trabalhar simultaneamente noutra Oficina.

Manifesto contra As Portarias do Sr. Reitor

No interior do operariado da Imprensa da Universidade, a luta por direitos adquiridos e contra determinações do reitor consideradas ilegais tiveram expressão pela pena de Delfim Gomes, em 1896. O manifesto deste tipógrafo foi naturalmente publicado fora da Imprensa, na tipografia França Amado também de Coimbra. As determinações do reitor estariam em relação com as crises periódicas verificadas na Imprensa por "desequilíbrio sempre progressivo entre o quantum de trabalho e o número de produtores", já que o número de operários ia aumentando (37 elementos entre dirigentes e operários, naquele ano) e o trabalho ia decrescendo, devido à concorrência vantajosa das imprensas particulares (três anos antes, tinham sido contadas 15 imprensas em Coimbra). No entanto, o procedimento adoptado não foi julgado consentâneo com as posturas legais nem com o respeito por direitos adquiridos, o que levou à divulgação pública da posição do operariado e a um apelo ao Ministro do Reino.

A vigilância das publicações pelo Governo do Reino e a demissão do director

Na estrutura de governo da Imprensa havia, em 1871, a figura do director. Tratava-se de um lugar intermediário entre o administrador e o reitor, ocupado então pelo dr. Bernardo da Serpa Pimentel. Com autorização do director foi publicado pela Imprensa da Universidade o "célebre e ruidoso" manifesto do dr. José Falcão – *A communa de Paris e o governo de Versaillles*. A publicação originou, como consequência, uma Portaria do Ministério do Reino, com data de 20 de Junho de 1871, a demitir o director. Subsequentemente, o lugar de director foi extinto por decreto regulamentar de 12 de Julho do mesmo ano, ficando apenas o cargo de administrador.

A homenagem ao Marquês pelos funcionários da Imprensa

Em 1882, quando do centenário da morte do Marquês de Pombal, a sua memória ainda se encontrava bem viva nos funcionários da Imprensa. Em homenagem ao Marquês, foi editada uma pagela subscrita pelos seus "Empregados e Artistas".



A IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NA EXPOSIÇÃO DO
LIVRO PORTUGUÊS
EM MADRID

(JUNHO DE 1928)

Imprensa da Universidade
Coimbra - 1928

*A imprensa da Universidade
na Exposição do Livro
em Madrid:
Junho de 1928.
Coimbra,
Imprensa da Universidade, 1928.
BGUC
Foto: Varela Pécuro
© IUC 2001.*

Sala
Gab. 017.42
Est.
Tab. IMP
N.º

A arquitectura do "Estado Novo"

Na vigência do Estado Novo registou-se uma discutível alteração arquitectónica da cidade universitária.

Foi destruída grande parte da "Alta" e surgiram as actuais instalações da Faculdade de Letras, da Biblioteca Geral e do Arquivo, da Faculdade de Medicina, dos Departamentos de Física, de Química e de Matemática da Faculdade de Ciências. Na cerimónia de inauguração do Departamento de Matemática pelo Presidente da República, em 17 de Abril de 1969, teve lugar uma acção de contestação ao governo de Marcelo Caetano.

A "cidade universitária" salazarista é uma amostra da monumentalidade nacionalista.

A Universidade após o 25 de Abril

Com o 25 de Abril de 1974, iniciou-se um novo período da vida portuguesa e da Universidade, mercê de uma nova dinâmica política, pedagógica e cultural, em que se reflectem as contradições do processo histórico vivido nos últimos anos.

Entre os actos legislativos relativos às Universidades, salientam-se:

- A 31 de Dezembro de 1974, a institucionalização dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino superior - a Assembleia da Escola ou Assembleia de Representantes e os Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico; em Outubro de 1977, a promulgação de normas de acesso ao ensino superior e o estabelecimento do *numerus clausus*;
- Em 1979, a instituição do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, tendo António Férrer Correia, da Universidade de Coimbra, sido o seu primeiro presidente;
- Em Julho de 1980, a promulgação do Estatuto da Carreira Docente Universitária;
- O reconhecimento da Fundação das Universidades Portuguesas, em Novembro de 1992, tendo Rui de Alarcão, da Universidade de Coimbra, sido o primeiro Presidente da Comissão Executiva;
- A publicação da lei do financiamento do ensino superior, vulgarmente designada por "lei das propinas", em 1997, o que gerou contestação nos meios académicos, em geral e na Academia de Coimbra, em particular;
- A criação de várias universidades públicas e privadas.

A Universidade de Coimbra após o 25 de Abril

Entre os acontecimentos relevantes deste período, salientam-se:

- O ressurgimento das velhas tradições académicas entre a população estudantil, após o esbatimento que vinham sofrendo desde a crise académica de 1969.
- A criação, em 1980, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e, em 1992, da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.
- A 15 de Maio de 1982, a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II à Universidade de Coimbra. Foi a primeira vez que um Papa visitou esta Universidade. Daqui, João Paulo II dirigiu aos intelectuais um discurso sobre o tema "A cultura ao serviço da pessoa". Por proposta de todas as suas faculdades, o que constituiu um facto sem precedentes na história da Universidade de Coimbra, foi concedido a João Paulo II o grau de Doutor *Honoris Causa*.

Da Implantação da República à extinção da Imprensa

A proclamação da República abriu o espaço intelectual português a inovações, tanto no campo da docência, como no progresso técnico e científico. A revitalização da Universidade proporcionada pelo novo regime traduziu-se, entre outros aspectos, na publicação de novas revistas científicas e no apoio às actividades editoriais. Em 1919, foi inaugurada a Universidade Popular Portuguesa, com uma conferência de Leonardo Coimbra. Em Fevereiro de 1925, foi criada a Universidade Livre de Coimbra, da qual Joaquim de Carvalho foi um dos promotores.

Joaquim de Carvalho, administrador da Imprensa da Universidade

Joaquim de Carvalho, professor de Filosofia na Faculdade de Letras, foi um intelectual republicano e liberal. Tinha 29 anos quando foi nomeado administrador da Imprensa da Universidade, a 30 de Julho de 1921. Sob a sua administração, a Imprensa assumiu, de forma evidente, o papel de editora, a par do trabalho tipográfico. Durante o seu mandato, constituíram-se como colecções da Imprensa da Universidade:

- 1 - *Subsídios para a história da Arte Portuguesa*;
- 2 - *Scriptores Rerum Lusitanarum*;
- 3 - *Biblioteca de Escritores portugueses*;
- 4 - *Documentos para a história da Expansão Ultramarina dos portugueses*;
- 5 - *Biblioteca do século XVIII*;
- 6 - *Biblioteca democrática*;
- 7 - *Biblioteca luso-brasileira de história da Medicina*;
- 8 - *Estudos da história e literatura portuguesa*;
- 9 - *Biblioteca filosófica*;
- 10 - *Filósofos e Moralistas*;
- 11 - *Varia*.

As relações privilegiadas de Joaquim de Carvalho com António Sérgio

O espólio da correspondência de Joaquim de Carvalho evidencia uma intensíssima actividade epistolar, com um leque muito alargado de escritores, intelectuais, professores e homens de saber. Alguns extractos da correspondência de António Sérgio permitem perceber a complexidade do tempo histórico em que Joaquim de Carvalho foi administrador da Imprensa da Universidade. Pela leitura das cartas dirigidas por António Sérgio a Joaquim de Carvalho, intui-se ainda quão intensas terão sido as trocas de correspondência entre ambos e quão próximos estariam.

A colecção da Imprensa criada em 1930 com o título *Filósofos e Moralistas*, deve o seu nome a uma sugestão de António Sérgio, então exilado em Paris, por razões políticas.

Múltiplas publicações da Imprensa da Universidade foram traduzidas por António Sérgio que aí encontrou uma fonte de subsistência e mesmo expressão de cumplicidade. Escreve Sérgio a 28/2/1930: "O conto de reis pelas *Últimas Conversações* (de Renouvier) é de um mecenismo magnífico: nunca esperei tanto. Tenha cautela e não se alargue mais do que seria prudente".

Noutro passo da mesma carta escreve ainda Sérgio: "Não recebi a carta que me anunciou, com a coisa que me deixaria estupefacto. Terá desistido de a escrever? Ficaria enalhada em alguma sirte. Aumentaram ultimamente, ao que parece, os perigos para a navegação postal" (referência à actuação da censura).

Em carta de 13/7/1930, confidenciava Sérgio a Joaquim de Carvalho a sua esperança de que algo poderia mudar, nos seguintes termos: "Oxalá com efeito a gente nova possa mudar a fisionomia de Coimbra dentro de uns 4 anos."

- O reconhecimento pelo Ministro da Educação do título de Reitor Honorário da Universidade de Coimbra a António Férrer Correia, quando da sua jubilação em 1982 – o primeiro e único reitor a receber esta distinção. A proposta partiu do Conselho Directivo da Faculdade de Direito e foi secundada por todas as Faculdades, pela Associação Académica e pelos funcionários da Universidade.
- O estabelecimento do *Coimbra Group*, com início em 1985, abrangendo um grupo de universidades das mais antigas da Europa, entre as quais a Universidade de Coimbra.
- A aprovação, em 1988, do plano de desenvolvimento e das directrizes da ocupação das áreas dos pólos II e III da Universidade.
- A comemoração do 7.º centenário da fundação da Universidade, no ano de 1990, com iniciativas nas áreas científica, cultural e editorial.
- A inscrição de Xanana Gusmão como "aluno extraordinário" da Faculdade de Direito, em 1996, numa altura em que o comandante da guerrilha timorense era prisioneiro das autoridades indonésias.
- O início de actividade da Imprensa da Universidade de Coimbra, em Dezembro de 1998.
- A criação de um Gabinete de Informação Universitária em Alcobaça, no ano 2000, e do Centro de Estudos Ibéricos na Guarda, em 2001.

A Universidade de Coimbra constitui hoje uma oferta de formação superior pré-graduada e pós-graduada respeitada pelo seu passado e pela valia do seu presente, competitivamente procurada entre as universidades que entretanto foram sendo criadas.

Com mais de sete séculos de existência, tem nos Estatutos de 1989 a sua marca constitucional. Pela primeira vez na sua história, os próprios Estatutos foram elaborados por uma Assembleia eleita para esse fim. Tem uma organização democrática, em que o reitor é eleito, como são eleitos os membros da Assembleia da Universidade e do Senado (constituídos por representantes de professores, estudantes e funcionários).

Comporta actualmente oito faculdades – Letras, Direito, Medicina, Ciências e Tecnologia, Farmácia, Economia, Psicologia e Ciências da Educação, Ciências do Desporto e Educação Física.

As suas instalações distribuem-se por três pólos, dois dos quais fora do espaço histórico da Alta de Coimbra.

A comunidade universitária é constituída por cerca de 1.600 docentes e investigadores, 22.000 alunos e 1.320 funcionários.

Suponho que o integralismo, entre a Academia, está estrebuchante". E alguns dias mais tarde, fazia-se eco de notícias de periódicos sobre as "prisões e deportações para os Açores", de cidadãos envolvidos em conspirações. Regressado do exílio, por via de uma amnistia, e a viver em Lisboa, corria o ano de 1933, quando, uma vez mais, António Sérgio escreve em 18 de Julho a Joaquim de Carvalho, para o informar de que "A mim suspendeu-me a censura um livro que estava já composto, e há dias a polícia teve-me preso incomunicável durante cinco horas. Situação financeira péssima [...]"

A Imprensa da Universidade como estabelecimento modelar

Durante os cento e sessenta e dois anos de existência, a obra empreendida pela Imprensa da Universidade na cultura portuguesa foi notável, pois além da impressão de livros didácticos dirigidos para o ensino universitário, a sua bibliografia inclui muitas outras obras de carácter literário e artístico.

A Imprensa como escola tipográfica

Os recursos humanos da Imprensa da Universidade eram altamente qualificados. Para além das diversas categorias profissionais inerentes à arte tipográfica havia o mestre da escola tipográfica. O mestre ensinava a "arte de bem imprimir" a um grupo de aprendizes, que iriam garantir a continuidade. Há exemplos de funcionários que começavam por aprendizes e percorriam as diversas categorias profissionais, a par de estudos universitários. Para Joaquim de Carvalho, as preocupações de formação também estiveram presentes. Este aspecto é óbvio em carta de Salazar a Joaquim de Carvalho, quando escreve em 25/11/1922: "Recebi a sua prezada carta de ontem acerca dos aprendizes que V. necessita na sua Escola da Imprensa e que V. preferia saídos do Colégio dos Orfãos [...]"

A Imprensa como espaço de solidariedade

Os funcionários da Imprensa da Universidade como forma de providenciarem a sua assistência social e a dos seus familiares criaram um Monte-Pio de Beneficência. Foi fundado em 8 de Setembro de 1849, por dezasseis artistas da Imprensa. É o Monte-Pio mais antigo de Coimbra. Tinha por fim socorrer os associados, nas suas doenças e incapacidades, e prestar-lhes honras fúnebres. "Quando mal precavidos, somos assaltados das doenças e enfermidades nos embarçam o exercício da nossa profissão, impedindo-nos de adquirir os meios necessários para a subsistência abrigamo-nos sob o manto d'esta Sociedade, e n'ella encontramos o alívio para o soffrimento e o subsidio para a privação. D'esta maneira achamos remedio e socorro na associação de nossas pequenas forças, as quaes, pequenas e insufficientes de per si, reunidas formam no seu complexo um asilo seguro para a desgraça, um escudo poderoso contra o adversidade [...]. Da nossa parte filhos do povo contribuimos tambem como podemos para esta nobre missão social. Se os antigos acudiam ás desgraças alheias com os sobejos das suas riquezas, nós pretendemos atalhar ou attenuar as nossas desgraças com modicas contribuições, devidas aos suores do nosso trabalho [...]"

A Imprensa como espaço de acolhimento da Associação dos Artistas de Coimbra

A Imprensa da Universidade acolheu a Associação dos Artistas de Coimbra fundada em 1862, sob a presidência de Olímpio Nicolau Rui Fernandes, então seu administrador.

A superior qualidade dos trabalhos da Imprensa

São famosos os trabalhos dos tipógrafos da Imprensa. A excepcional qualidade tipográfica, esteve bem patente nos livros da Imprensa que figuraram nas exposições de Florença e de Madrid, realizadas no ano de 1928.

O reconhecimento da excelência da Imprensa

Também Salazar explicitou a valia em que tinha a Imprensa da Universidade quando, em 1922, na carta já anteriormente referida, comparou o benefício que os "pequenos que se destinam a tipógrafos" teriam ao frequentar a escola tipográfica da Imprensa, ao afirmar sem rodeios, dirigindo-se a Joaquim de Carvalho: "A sua Imprensa tinha a vantagem do estabelecimento modelar que é [...]"

A extinção da Imprensa da Universidade

Pelo decreto-lei de 30 de Junho de 1934, sendo Oliveira Salazar Primeiro-Ministro saído da Universidade de Coimbra, a Imprensa foi extinta. Tratou-se de um acto político, inserido numa prática mais vasta de tendência autoritária, destinada a controlar ou neutralizar instituições e pessoas com possibilidades de quebrar a lógica unitária do regime. A Imprensa da Universidade, com um operariado progressista e com uma direcção também democrática constituía na época uma poderosa arma política.

Após a extinção, parte do seu material foi dado à guarda da Imprensa Nacional de Lisboa, outra parte ficou dispersa, como os prelos.

As 37 obras em curso de que dá conta o rol feito no momento da extinção, os múltiplos títulos incluídos nas 11 colecções em aberto e as palavras dos notáveis que expressaram a sua voz, com o insuspeito Alfredo Pimenta a referir no *Diário de Notícias* a "gloriosa folha de serviços" da Imprensa, mostram a superior actividade e valia da acção desenvolvida por Joaquim de Carvalho como administrador.

Reacções à extinção da Imprensa da Universidade

Por parte do Senado e da Assembleia da Universidade não houve nenhuma reacção firme. Apenas foi produzida uma inócua afirmação de apreço pelo papel desempenhado por Joaquim de Carvalho e de perplexidade por o Reitor João Duarte de Oliveira não ter tido conhecimento prévio da referida medida.

O maior cuidado consistiu em assegurar que o edifício da Imprensa se mantivesse na posse da Universidade e que não se extinguísse a acção editorial que a Imprensa vinha assegurando.

Alegadamente, a demissão do Ministro da Instrução, Alexandre Alberto de Sousa Pinto, poderá ter ocorrida por discordância em relação à extinção da Imprensa.

No entanto, vindas dos mais diversos quadrantes políticos e doutrinários externos à Universidade, foram múltiplas as reacções à extinção da Imprensa.

Marcelo Caetano, em carta a Joaquim de Carvalho, de 30 de Junho de 1934

"[...] não posso deixar de significar a V. Ex.a o meu pesar pela interrupção brusca de uma obra cultural tão notável como a que V. Ex.a prosseguia na Imprensa." [...]

Hipólito Raposo, em carta a Joaquim de Carvalho, de Julho de 1934

"Embora [...] nos afastem as nossas convicções, quero cumprir o dever de me associar, como português, ao desgosto e protesto de quantos acompanham V. Ex.a na hora de perseguição política em que se extinguem os serviços da Imprensa da Universidade, para suprimir neles a sua notável directoria." [...]

Hernani Cidade, em carta a Joaquim de Carvalho, de Julho de 1934

"[...] Perante isto, só uma atitude – o protesto de todos os que entre nós representam a cultura, indivíduos ou colectividades. Se não o protesto, porque não é a maré, pelo menos [...] uma representação de todos os interessados [...]"

João de Barros, em carta a Joaquim de Carvalho, de Julho de 1934

"[...] sincero e indignado protesto pela infâmia com que pretenderam aborrece-lo e prejudicá-lo [...]"

Agostinho da Silva, em carta a Joaquim de Carvalho, de Agosto de 1934

"[...] dizer toda a surpresa e indignação que me causou a extinção da Imprensa da Universidade a que tanto devo, [...]"



Afonso Lopes Vieira, em carta a Joaquim de Carvalho de Agosto de 1934

"[...] Chegou-me um vago boato acerca da sua Imprensa e que não sei se é exacto. Porém se o fôr, nada me admirará, em uma época em que a degradação da dignidade nacional - e humana! - torna os aspectos mais variados."

José Bruno Carreira, director do Jornal *Correio dos Açores*, em carta a Joaquim de Carvalho, de Agosto de 1934

"[...] A impressão que tive vi-a depois confirmada [...] e ainda agora o Alfredo Pimenta me diz que a extinção foi um desastre com que ninguém concorda.

[...] Muito sobre isto tenho conversado com um amigo que tem nos Açores - o Prof. Alfredo Bensaúde."

Alfredo Pimenta, em artigo no *Diário de Notícias* de 8 de Setembro de 1934

"[...] sob a prodigiosa administração do prof. Joaquim de Carvalho, a Imprensa da Universidade marcou, no movimento da Inteligência portuguesa, um lugar que não encontra igual".

[...] "A Imprensa da Universidade editou-me uma obra [...] - "Estudos Filosóficos e Críticos". Não se importou com a minha posição filosófica, nem com as doutrinas expendidas na obra: e também se não importou com as opiniões dos meus antípodas - um Hernani Cidade, um Newton de Macedo, um Caetano Gonçalves, etc., que editou igualmente".

"Obra de um homem só, afinal de contas, do prof. Joaquim de Carvalho, também esse meu antípoda político, filosófico e confessional [...]"

"A Inteligência do meu País e a Cultura do meu tempo nunca prestarão suficiente homenagem de gratidão à Imprensa da Universidade de Coimbra pelo que lhe devem."

A actividade editorial na Universidade após a extinção

Após a extinção da Imprensa da Universidade, a actividade editorial de carácter científico manteve-se na Universidade de Coimbra.

Revistas Científicas da Universidade impressas na Imprensa até 1934 e que continuaram a ser publicadas após a extinção

Faculdade de Direito: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1914.

Faculdade de Medicina: *Coimbra Médica*, 1881 • *Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica*, 1913 • *Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica e Patologia Geral*, 1919 • *Folia Anatómica Universitatis Conimbricensis*, 1926 • *Arquivos do Instituto de Patologia Geral*, 1933.

Faculdade de Ciências: *Efemérides Astronómicas calculadas para o Meridiano do Observatório da Universidade de Coimbra*, 1804 • *Índex Seminum*, 1869 • *Boletim Bibliográfico do Instituto Botânico da Universidade de Coimbra*, 1880 • *Memórias e Notícias do Museu Mineralógico*, 1921 • *Memórias e Estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra*, 1924 • *Arquivos da Secção de Biologia e Parasitologia*, 1929 • *Memória da Sociedade Broteriana*, 1930 • *Revista da Faculdade de Ciências*, 1931

Biblioteca Geral: *Arquivo Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1901 • *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 1914.

Revistas científicas da Universidade que surgiram na década seguinte à extinção da Imprensa

Faculdade de Letras: *Boletim do Instituto de Estudos Franceses*, 1941 • *Revista Portuguesa de História*, 1941 • *Brasília*, 1942

Faculdade de Direito: *Revista de Direito e Estudos Sociais*, 1945

Faculdade de Medicina: *Arquivos de Técnica Cirúrgica e Medicina Operatória*, 1944.

Faculdade de Ciências: *Anuário da Sociedade Broteriana*, 1935.

Escola de Farmácia: *Notícias Farmacêuticas*, 1935 • *Boletim da Escola de Farmácia*, 1940.



A VERDADE

O Velho crime da Universidade

Abaixo a Universidade fradesca, a Universidade inquisição!

Numa bella festa realisada, junho ultimo, em Londres, por occasião da visita dos representantes das Universidades francezas ás Universidades inglezas, dizia Boutroux, falando em nome da faculdade de lettras da Universidade de Paris:

The best things have to die and be reborn.

Isto é — explicava — o espirito d'antiguidade, só por si, não vale nada. Morrem as coisas mais admiraveis. Morrem e renascem. E só morrendo e renascendo podem possuir aquella força de desenvolvimento e expansão sem a qual a vida não passa duma simples apparencia.

Este dicto, esta expressão feliz, applica-se, muito appropriadamente, á Universidade de Coimbra. A Universidade de Coimbra não viverá *quando não morrer*. A Universidade de Coimbra, verdadeiramente, *já não vive*. A Universidade de Coimbra é um espectro, é um corpo gangrenado, é um foco de infecção, é uma vergonha, como documento, da nossa civilização.

Terminemos, quanto antes, para honra e utilidade da Patria, purificação das almas, tranquillidade dos velhos e consolo dos novos, com o vegetar dessa miseravel existencia. Acabemos com isto, definitivamente. Sepultemos isto. E das cinzas da velha Universidade resurgirá o novo estabelecimento scientifico, que nos impõe o progresso das idéas e o brio nacional.

E' difficil? Não. Bastará querer. Queramos. Deixemos de ser ridiculos, como é ridiculo todo aquelle que não sabe accommodar os actos ás palavras. Não seja isto, hoje, fogo de palha, como sempre. Não cáia no esquecimento amanhã. Digamos amanhã, por meio do jornal, por meio da conferencia, por todos os meios, emfim, de propaganda, o que dizemos hoje. Tenhamos vontade. Sejam os homens. Sejam os povos. E teremos triumphado. A razão vence sempre, quando tem o auxilio da vontade.

O caso José Eugenio Ferreira é, no fundo, o caso Antonio José d'Almeida, Theophilo Braga, Barjona de Freitas. E' o velho espirito universitário, estreito, estúpido, feroz, intolerante, que ha 128 annos assignalou o celebre *reinado da estupidez*. Perseguidor de Francisco Manuel do Nascimento, de Felix de Avellar Brotero, e algar de José Anastacio da Cunha. Attenuado? De garras encolhidas? Sem duvida.

Verga ao peso dos annos. Já mal se pode ter em pé! No entanto o mesmo, o mesmo, sempre o mesmo.

Acabemos com elle, enterremo-lo, se queremos, emfim, ter Universidade d'este tempo.

Fala-se em cursos livres. Mas de que serve o curso livre se o mal subsistirá da mesma forma? Muda o espirito, o velho espirito da Universidade? Não. Esse espirito subsiste. Logo, subsiste atravez de tudo o *reinado da estupidez*.

Abaixo a Universidade fradesca, a Universidade inquisição, onde passeia a alma penada de Monteiro da Rocha e do Principal Mendonça, alma penada que para todas as noites na chaminé da casa do Mar-noco, que empederniu o Assis, que se prepara para matar o padre Dias com uma congestão, que faz cheliques ao Vilella e que vae creando esclerosis no Caeiro da Matta e no Ulrich. Abaixo, até aos alicerees. Reforma radical. Reforma nos homens, nos regulamentos, nos processos, no edificio, em tudo.

The best things have to die and be reborn.

A Universidade de Coimbra vive ainda do passado. O espirito do passado é incompativel com o espirito do presente. A Universidade de Coimbra não educa, deseduca. Não alimenta o cerebro, esterilisa o cerebro. Não forina homens, alija homens. Tanto penetrou na propria alma popular a sua inutilidade, que os almocreves de varias regiões tem por uso exclaimar: *quem a Coimbra este e de Coimbra vem se burro este, burro vem*.

Eis a synthese admiravel, suggestiva, como só a sabe dar o pensamento popular, de toda a obra educativa do *primeiro estabelecimento scientifico do reino de Portugal*.

Quem reprovo José Eugenio Ferreira?

O lente da sebenta, e para quem a sebenta é um verdadeiro evangelho.

O lente que explica a lição lendo, palavra por palavra, virgula por virgula, a lição da sebenta.

O lente para quem o melhor estudante é aquelle que mais se approxima da sebenta.

José Eugenio foi reprovado por não saber?

Não. Saber, na Universidade, é o menos.

Na Universidade o essencial é *rastejar*.

José Eugenio foi reprovado porque sabia, *de mais*, ou por outra, porque se *afastou da saber catholico, do saber official, do saber do lente*, caminhando em linha recta para o saber criminoso, que é o *saber heretico*.

« Sua Magestade tendo a bem tundada esperanza de que V. Ex.º no exercicio dos Cargos de Reitor Reformador da Universidade de Coimbra promoverá tudo quanto for util e conveniente aos progressos da mesma Universidade, com o summo cuidado que á mesma Senhora causa o ver que a mocidade que a ella se vae instruir, muitas vezes *teçada do incosiderado amor de saber de mais, se applica á lição voluntaria de Livros de errada doutrina, e perigosos para os animos incautos e ainda mal instruidos...* » como dizia o visconde de Villa Nova da Cerveira ao Principal Mendonça, em 22 de dezembro de 1779. E, repetimos, dentro de cada corpo de cada lente subsiste, com raras excepções, o espirito do Principal Mendonça.

José Eugenio Ferreira não foi reprovado por não saber. Saber é o menos. *Quem a Coimbra este e de Coimbra vem, se burro este, burro vem*. José Eugenio Ferreira *sabia o que sabia*. Sabia mais, com certeza, do que sabia quando a Universidade o classificou. E' logico. E' claro. Não admite duvidas *a priori*. E para quem conhece os habitos de trabalho de José Eugenio Ferreira, a insinuação provoca imputos de revolta em todas as almas bem formadas.

Pois a Universidade classifica José Eugenio Ferreira, e, sendo certo que nenhum estudante classificado, que nenhum homem brioso vae a acto de conclusões magnas sem se ter solidamente preparado, a Universidade reprova, depois, em acto de conclusões magnas, José Eugenio Ferreira? E' preciso um demorado raciocinio ou uma meticulosa consciencia para se admitir, sem esforço, a idéa duma vingança?

Não, José Eugenio Ferreira não foi reprovado por não saber. Foi reprovado por saber *de mais, e, sobretudo*, por ser um irreverente, por ter a ousadia de erguer bem alto o seu pensamento, por ter a pouca vergonha de não se submeter, por praticar a affronta de não rastejar, isto é, por ser digno, por ser altivo, por ser um homem!

Alli, naquella Universidade, só entra para a cathedra quem for *de rastos como um laorau, nas quatro patas como um burro ou como um oão, ou curvado, como um gallego, ao peso dos omponhos*.

Apre, que é isto que affronta os homens. Foi isto que hontem excitou, que hoje excita, todos os estudantes.

O que sobretudo, *sobretudo*, acima das opiniões politicas e do saber heretico, se pretendeu ferir em José Eugenio Ferreira foi o principio da dignidade humana. E é isto que indigna. E é isto que revolta.

Guerra Junqueiro escreveu um dia: *Como se faz um monstro*. E tomou por motivo o espirito clerical. Está bem. Mas se visse o que fez a Universidade a Ulrich e a Caeiro da Matta, hontem dois companheiros de José Eugenio Ferreira, dois estudantes como elle, hoje dois tyrannetes, ridiculos sim, mas insolentes, horrorisava-se da obra moral da Universidade e talvez que repetisse o thema sobre o *velho espirito, o hediondo espirito universitário*.

Era affrontoso da intelligencia, e até da lei, vêr professores do primeiro estabelecimento scientifico do paiz perguntar datas e doutrina de artigos, estudados a proposito, numa dissertação inaugural. Mas mais affrontoso era ainda vêr tratar um homem, naquella local e naquella acto, como pessoas de sociedade não tratam creados de servir.

Apre, que é preciso pôr termo a esse espirito tyrannico!

A esse espirito que faz com que Mar-noco não possa ouvir um espirito na aula sem dar um salto na cadeira, nem receber uma representação da Associação Commercial sem julgar ferida, desde logo, por esse facto, a sua auctoridade.

A esse espirito tyrannico, que nem com manunes de civilidade e regras de bom tom eleva os homens acima dos gallegos.

E desse espirito detestavel resulta a obra pernicioso, terrivel, da Universidade, essa obra de abandono moral e intellectual em que vivem os estudantes, sem um acto e uma palavra de conforto, de estímulo, de alento, emfim, de educação, antes augmentando-se-lhes aos vicios que trazem, os vicios do meio e os vicios da casa.

Abaixo a Universidade fradesca, a Universidade inquisição!

Abaixo!

E surja em vez della um estabelecimento de ensino digno do nosso tempo, util á patria, ensinando homens e educando cidadãos.

A Academia de Coimbra depois de nobremente cumprir o seu dever fazendo uma imponentissima manifestação ao dr. José Eugenio Ferreira acompanhando-o hontem até sua casa no meio dos mais phreneticos vivas e palmas, e no meio de *abaxos e merrras* estrondosos á Universidade, á *causilha* e á faculdade de Direito, reuniu pelas sete horas da noite no Gymnasio Academico para nomear a commissão que ha-de requerer dos poderes publicos em nome da Academia a syndicancia aos lentes da faculdade de Direito, e para deliberar o que hoje havia de fazer-se para significar bem o nosso protesto e brado indignado contra a infamia que acaba de praticar-se na Universidade de Coimbra, reprovando José Eugenio Ferreira. Já hoje se demonstrou que a Academia não falta aos seus compromissos como disse o sr. tenente Rosa, e sabe cumprir os seus deveres de solidariedade.

Que o nosso protesto não fique por aqui!

Que mostremos bem que não toleramos o monopolio do professorado!

Isto não é apenas uma offensa á Academia de Coimbra!

É uma affronta ao paiz!

É uma affronta á dignidade humana!

Abaixo a Universidade fradesca, a Universidade inquisição!

A Imprensa da Universidade de Coimbra no tempo presente

A história recente

Mediaram 64 anos entre a data da extinção da Imprensa da Universidade, em 1934, e a sua reactivação, em finais de 1998. Entretanto, foi criado o Serviço de Documentação e Publicações da Universidade por legislação de 1979, cabendo-lhe "programar, coordenar e orientar as publicações de carácter pedagógico, científico e cultural da Universidade".

Em 1986, Luis Reis Torgal, com a colaboração de Maria Antónia Amaral, em estudo solicitado pelo Reitor Rui de Alarcão, defendeu, "a reactivação da Imprensa da Universidade de Coimbra, como tarefa prioritária".

Em 1989, nos Estatutos da Universidade de Coimbra, foi contemplada a criação da Imprensa da Universidade. Ficou estabelecido que:

- "A Imprensa da Universidade de Coimbra tem por missão específica a definição da política editorial da Universidade, competindo-lhe igualmente programar, coordenar e orientar a publicação de obras de interesse cultural, científico e pedagógico.
- Incumbe-lhe ainda gerir a distribuição, a venda e o intercâmbio de publicações."

O início de actividade da Imprensa da Universidade de Coimbra

Em Dezembro de 1998, o Reitor Fernando Rebelo, propôs ao Senado a eleição de Fernando Regateiro, oriundo da Faculdade de Medicina, para o cargo de Director da Imprensa da Universidade. Com a sua eleição, foi iniciada a actividade da Imprensa.

Em Maio de 1999, entrou em funções o Conselho Editorial e em Julho o Senado aprovou o Regulamento da Imprensa.

Ainda em 1999, a Imprensa passou a dispor da Livraria da Imprensa da Universidade, dando continuidade a uma tradição que já vem do século XVIII.

Um ganho significativo, em termos de capacidade de resposta, decorreu da ancoragem da Imprensa no espaço físico e no quadro de pessoal do Serviço de Documentação e Publicações. A primeira obra editada pela Imprensa da Universidade, nesta nova fase, intitula-se *Reitorado 1*, da autoria de Rui de Alarcão e foi lançada em 23 de Junho de 1999.

Até ao presente, foram publicadas obras nas séries *Documentos*, *Investigação* e *Ensino*.

A colecção "*O Estado da Arte*" também foi aberta aos autores.

Procurando diversificar os suportes em função dos conteúdos e do público-alvo, a Imprensa já editou em CD-ROM uma das suas obras da série *Investigação*.

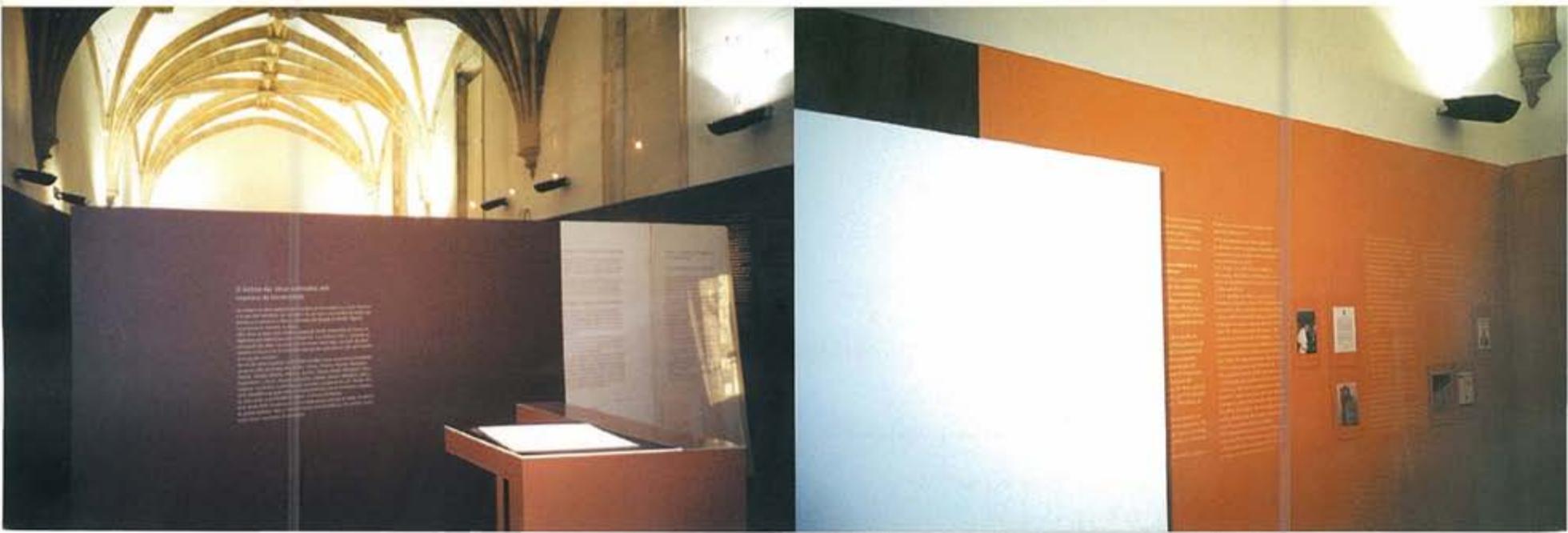
O regresso do espólio da Imprensa à Universidade de Coimbra

A Imprensa da Universidade, desde o reinício de actividades, teve a intenção de recuperar o que fosse possível do seu passado. Para tal, estabeleceu os necessários entendimentos com a Imprensa da Universidade de Lisboa, na pessoa do seu Presidente Brás Teixeira, o que permitiu, em 1998, o regresso à Universidade de Coimbra de parte do seu espólio, que se encontrava, desde 1934, à guarda daquela Universidade. Nesse espólio, para além de documentos diversos, encontram-se nomeadamente, gravuras em cobre, tipos em madeira, tipos de metal e vinhetas, sendo que, algumas destas são, presumivelmente, restos do material oriundo da antiga Imprensa dos Jesuítas.

Actualização das obras impressas e editadas pela Imprensa da Universidade

A Imprensa da Universidade tem actualmente em curso o trabalho de actualização das obras por si impressas ou editadas, desde a sua origem até à actualidade. Pelo número de títulos já lançados, na primeira fase do trabalho, o catálogo deverá vir a comportar cerca de cinquenta mil títulos. Quando estiver concluído, será disponibilizado para consulta e de estudo a disponibilizar pela Imprensa.

O jornal *A Verdade*, de que se apresenta aqui o *Suplemento ao N.º 3*, embora faça parte integrante da história da Universidade e, sobretudo, da Academia, não deve ser identificado com o periódico clandestino anti-salazarista, publicado em 1933-1934, que tem sido invocado como causa da extinção da Imprensa da Universidade, pelo facto de se ter suscitado que teriam sido ali impressos alguns números. Trata-se sim de um jornal, duramente crítico em relação à Universidade, publicado durante a greve académica de 1907, de cariz republicano, que teve como pretexto a reprovação de José Eugénio Dias Ferreira no acto de "conclusões magnas" na Faculdade de Direito, que precediam o doutoramento.



Bibliografia Consultada

- ALMEIDA**, Manuel Lopes – *Documentos da Reforma Pombalina*. Vol. 2. Coimbra, 1939.
- ANTUNES**, José – *Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina: a propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra*, in "História das Ideias", vol. IV, tomo 2, Coimbra, Instituto de História das Ideias da Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, p. 143-197.
- Anuário(s) da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1800-1934.
- BANDEIRA**, José Ramos – *Imprensa da Universidade*, in "Boletim da Biblioteca da Universidade", vol. XVI, Coimbra, 1944, p. 236-377.
- BANDEIRA**, José Ramos – *Universidade de Coimbra: edifícios do núcleo central e casa dos Melos*. Tomo 2, Coimbra, 1947.
- BORGES**, Nelson Correia – *Coimbra e a Região*. Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- CARVALHO**, Joaquim Martins de – *A Imprensa da Universidade: I notícia alocada*, in "O Instituto. Revista Científica e Literária", vol. XI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1893, p. 448-456.
- CARVALHO**, Joaquim Martins de – *Notícia alocada: imprensa da Universidade e o seu Monte-Pio de Beneficência*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891.
- CATROGA**, Fernando; **VELOSO**, Aurélio – *António Sérgio no exílio: cartas a Joaquim de Carvalho*. Coimbra, FLUC, 1983. (Sep. de "Rev. História das Ideias", n.º especial a António Sérgio, vol. 5, Coimbra, Fac. Letras, 1983).
- GOMES**, Delphim – *A Imprensa da Universidade e as portarias do Sr. Reitor*. Coimbra, Tip. França Amado, 1896.
- GOMES**, Joaquim Ferreira – *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Livraria Minerva, 1991.
- GOMES**, Joaquim Ferreira – *A Universidade de Coimbra durante a primeira República: 1910-1926: alguns apontamentos*. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990.
- GOLIVEIA**, Valdemar Fernando Peça de Araújo – *Os Livros da Imprensa da Universidade de Coimbra depositados na Biblioteca da Universidade*, in "Bol. Bibl. Univ. Coimbra", vol. 42, 1994, p. 299-306.
- História da Universidade em Portugal*. Vol. 1, 2 tomos, Coimbra, Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- Memória Professorum Universitatis Conimbricensis, 1772-1937*. Vol. 2, Coimbra, Arquivo da Universidade de. 1992.
- PEIXOTO**, Jorge – *A Acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade*, *Arquivo de História e Bibliografia*, 1923-26, Vol. I, Lisboa, INCM, 1976, p. 15-60.
- Regulamento provisório para a Imprensa da Universidade de Coimbra: [1854]*. Coimbra, 1854.
- RODRIGUES**, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra: marcos da sua história*. Coimbra, AUC, 1991.
- RODRIGUES**, Manuel Augusto – *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores: para uma história da instituição*. Coimbra, AUC, 1990.
- RODRIGUES**, Manuel Augusto – *Chronologia da História Universitária Conimbricensis*. Coimbra, Arquivo da Universidade, 1998.
- TORGAL**, Luis Reis – *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1999.
- VASCONCELOS**, António de – *Escritos Vários*, 2 vols., reed. Coimbra, AUC, 1987.
- VASCONCELOS**, António de – *A Sé Velha de Coimbra*, 2 vols., reed. Coimbra, AUC, 1993.

OUTRAS FONTES:

- Arquivo particular de Joaquim de Carvalho propriedade de João Montezuma de Carvalho. Coimbra, 2001.
- Espólio da Imprensa da Universidade transferido da Imprensa Nacional-Casa da Moeda para a Universidade de Coimbra, 2001.
- A.U.C. - folhas de Ordenados dos Funcionários da Universidade de Coimbra, 1773-1921.
- A.U.C. - Documentação da Imprensa da Universidade de Coimbra, 1773-1921.



Espaço de Leitura

- Consultas
- Café



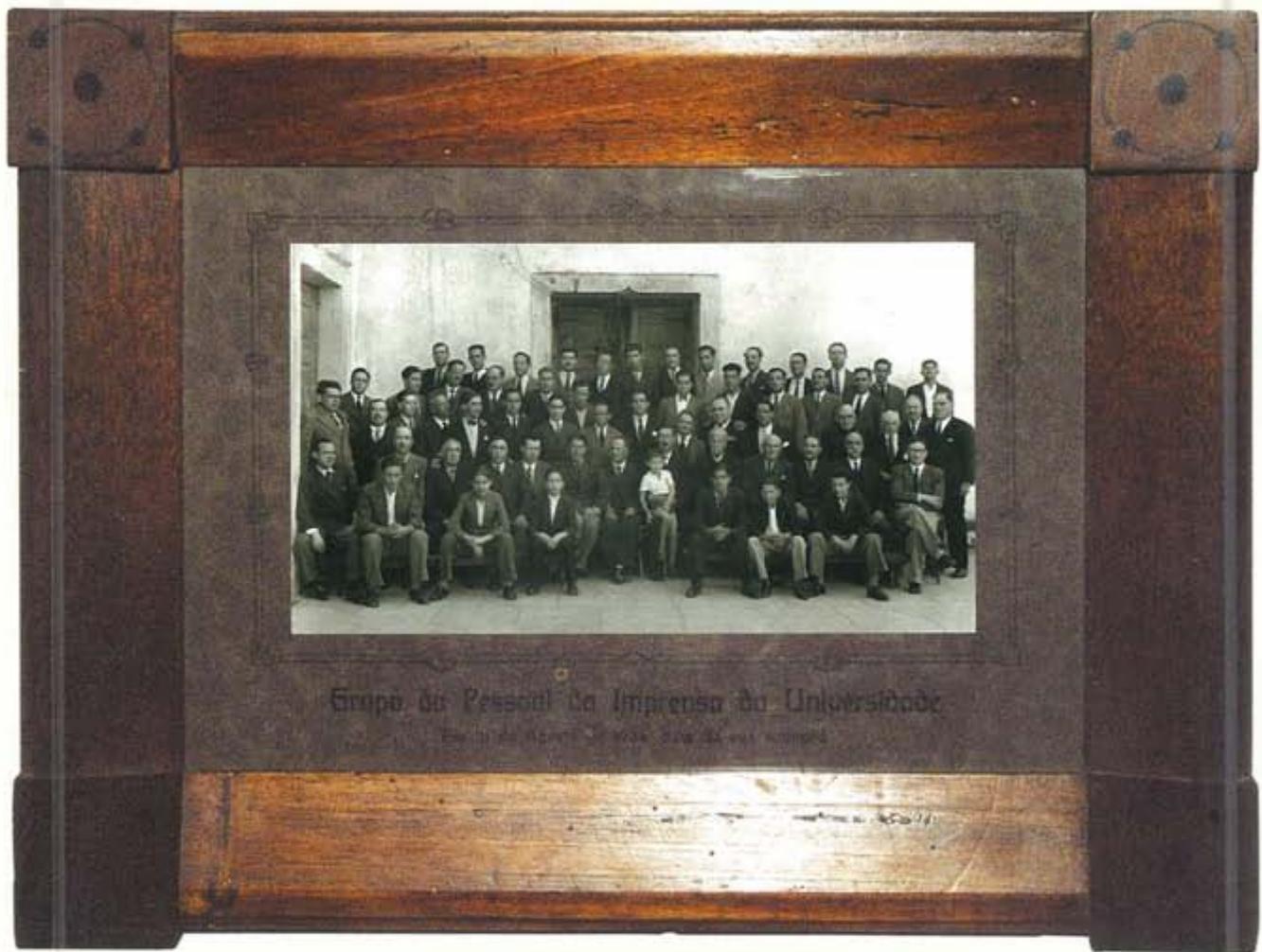
Serviços Especiais

- Operacionalização dos suportes para utentes com limitações motoras
- Catálogo em sistema Braille para visitantes cegos e amblíopes

Ponto de Observação

- H-NetCAD, Sistemas urbanos de abastecimento de água
- www.imp.uc.pt





Grupo do Pessoal da Imprensa da Universidade
Em 31 de Agosto de 1934, data da sua extinção
Colecção João Domingos

Joaquim de Carvalho, em 1958, escreveu sobre Salazar:

“O seu erro foi profundo e fatal, porque o seu ideal de ordem, de restauração moral e de progresso não se fez com o povo mas sobre o povo português [...]. O abominável não esteve somente na perda de direitos, nas deportações, no arbítrio, etc.; esteve também na falsificação que as consciências íntegras sentiam na adulteração da verdade que tinham de calar, na marcha por caminhos e para fins que não eram os próprios”.

**A Universidade
após a implantação da
República em 1910**

**O Marquês de Pombal
e a Imprensa
da Universidade**



VEIGA, Manuel Eduardo da Mota – *Esboço historico-literario da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Augustissimo Hispaniarum principis recens natus Philippo ... aedificata Academia Coimbricensis. Iussu D. Francisci de Castro ... Coimbricae. Didacus Gomez Loureyrus, 1606. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



O Estudante. Caricatura de Celso Martins, 1903. [Postal]. Lisboa, ed. Rocha (Typos Portuguezes, nº 1). FLUC – [Rep.]



Prelo, Sec. XVIII, usado na Imprensa da Universidade. Museu Nacional da Imprensa.



MIRABEAU, Bernardo António Serra de – *Memoria historica e commemorativa da Faculdade de Medicina*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Constituições Synodales do bispado de Leiria. Coimbra, Manuel d'Araujo, 1601. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Estudantes da Universidade de Coimbra, [sf. XIX]. Lith. de Palhares T. da Palla 15 – n.º35. [Rep.] Estampas Coimbrás, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.



Collecção de diversos cunhetos e emblemas que ainda restam da antiga Imprensa dos Jesuítas, extinta em 1759, e que dos Jesuítas passou para esta Imprensa por ocasião da sua fundação. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



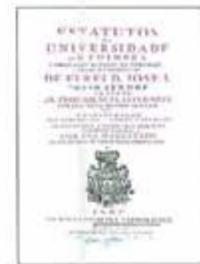
FREIRE, Francisco de Castro – *Memoria historica da Faculdade de Mathematica*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



SEQUEIRA, Gaspar Cardoso – *Pronostico geral e honaria perpetuo* ... (Coimbra), Nicolau Carvalho, 1614. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Estudante de Coimbra, 1841, Macphail. Lith. de M. Luís da Costa R. Nova dos m.ºs n.º 12 Lx.º – n.º 22. [Rep.] Estampas Coimbrás, Câmara Municipal de Coimbra, 1964.



Estatutos da Universidade de Coimbra. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1772. AUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de – *Memoria historica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Escritura na qual Nicolau de Garvalho recebe uma "Empreza velha" da Universidade e se obriga a restitu-la se tal lhe for pedido. Coimbra, 16 de Maio de 1611. Manuscrito, papel, encadernação em pele gravada. AUC, Escrituras da Universidade, t. XV, liv. II, fl. 150. Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



CENTAZZI, Guilherme – *O estudante de Coimbra ou Relâmpago da História Portuguesa desde 1826 até 1838*. Lisboa, 1840. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



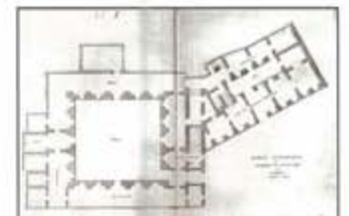
Ellecação Geométrica da Imprensa Régia da Universidade elaborada por Guilherme Elsdon... in "Riscos das obras da Universidade de Coimbra". Coimbra, Museu Machado de Castro. Instituto Português do Património Cultural. Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983, p. 48. [Rep.]



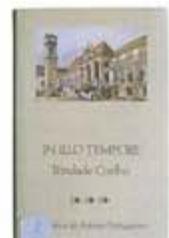
VILA MAIOR, Visconde de – *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra, precedida de uma breve noticia historica d'este estabelecimento*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



BASTOS, Teixeira – *A vida do estudante de Coimbra: antiga e moderna*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Planta iconografica da Imprensa Régia da Universidade Coimbra, desenhada a tinta da china e aguada sobre papel, séc. XVIII, in "Riscos das obras da Universidade de Coimbra". Coimbra, Museu Machado de Castro. Instituto Português do Património Cultural. Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983, p. 47. [Rep.]



COELHO, José Francisco Trindade – *In Illo Tempore*. [Lisboa], 1991. BGUC – Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Closteros da Sé Velha. Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Recista da Universidade de Coimbra, vol. 1. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1912. AUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (Coimbra, 1872 – Lisboa, 1918). Pintura de Henrique Medina, 1937. Lisboa, Palácio de Belém. [Rep.] • Fez o curso de Artilharia na Escola do Exército e concluiu, em 1898, o curso de Matemática na Universidade de Coimbra, onde foi Prof. Catedrático de Cálculo Diferencial e Integral. Em 1910 ocupou, por eleição e aclamação, a presidência da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Coimbra. Ensinava também na Escola Industrial de Brotero, cuja direcção assumiu em 1911. Ministro do Fomento desde Agosto de 1911, sobraçou a pasta das Finanças em Novembro desse ano e foi Ministro de Portugal em Berlim (1912-1916). Em 1918 legitimou o seu lugar de Presidente da República, através de sufrágio universal, pela primeira vez posto em prática em Portugal. No escasso ano do seu governo procurou desenvolver uma política de saneamento económico, restabeleceu as relações com a Santa Sé e fomentou a assistência aos indigentes e às vítimas da epidemia de tifo. Foi assassinado em plena rua lisboeta.



António Sardinha (Monforte, 1887 – Elvas, 1925) • Escritor e político. Formou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Convertido ao catolicismo e aos ideais monárquicos, fundou em 1914, com Alberto Monsaraz e Hipólito Raposo, a revista de filosofia política *Nação Portuguesa*, que daria origem em 1916 ao Integralismo Lusitano, de que foi o chefe prestigioso. Com Alberto Monsaraz assumiu em 1917 a direcção do diário *A Monarquia*. O fracasso da tentativa de restauração monárquica, no Porto, levou-o ao exílio para Espanha entre 1919 a 1921. No regresso dedicou-se à sua obra de historiador e doutrinador, em grande parte publicada posteriormente.



Estatutos da AAC de 1947-48. BGUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.

Entre a Reforma Pombalina e a República



Alcovi da Rainha D. Maria aproveando e confirmando o Regimento da Imprensa da Universidade. Lisboa, Palácio da Ajuda, 7 de Janeiro de 1790. Manuscrito, papel, 2 fls. AUC, Imprensa da Universidade, cx. 6 doc. av. Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Obras existentes na Imprensa da Universidade e respectivo consumo, in AJUNTUNES, José – "Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina: a propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra". 1982. (sep. "Rev. História das Ideias", vol. IV, T 2, Coimbra, Instituto de História das Ideias da fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 1982).



Relação dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra, no ano lectivo 1800 para 1801. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1801. AUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Censor Provisório, periódico semestral de philosophia, politica e literatura, redigido por José Pinto Rebelo de Carvalho. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821. BGUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



ANDRADE, José Maria de – Regimento da Proscripta Inquisição de Portugal, ordenado pelo inquisitor geral o Guardal da Cunha e publicado. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821. BGUC - [Rep.]



"Fados de Coimbra" de Adriano Correia de Oliveira. I.P. Edição Arnaldo Trindade & cia, Lda, [s.d.]. [Rep.] Coleção Particular.



"Eu vou ser como a toupeira" de José Afonso. I.P. Edição Arnaldo Trindade & cia, Lda, 1972. [Rep.] Coleção Particular.



Dez anos de Actividade do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra: 1938-1948. Coimbra, 1948. [Rep.] Museu Académico de Coimbra.



Vista aérea do Pólo I, onde se evidenciam os edifícios universitários construídos no Estado Novo. Foto: Delfim Ferreira © SDP 1988.



Alberto Martins, Presidente da AAC, pedindo a palavra ao Presidente da República, na cerimónia de inauguração do edifício do actual Departamento de Matemática, 17 de Abril de 1969. [Rep.] in CRUZEIRO, Celso – Coimbra, 1969, "A Crise Académica, o Debate das Ideias e a Prática, Ontem e Hoje", 2.ª ed. Porto, Edições Afrontamento, 1989.



João Botelho e Isabel Pinto, estudantes da Universidade de Coimbra frangindo um dos objectivos da luta académica, no Instituto Jurídico da Faculdade de Direito. [Rep.] in CRUZEIRO, Celso – Coimbra, 1969, "A Crise Académica, o Debate das Ideias e a Prática, Ontem e Hoje", 2.ª ed. Porto, Edições Afrontamento, 1989.



GARRETT, J. B. da Silva Leitão d' Almeida – Retrato de Venus. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821. BGUC - [Rep.]



Boletim do Exército de D. Miguel, 1833. BMC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.

Da Implantação da República à extinção da Imprensa



Retrato de Joaquim de Carvalho (Figueira da Foz, 1892 – Coimbra, 1958)



António Sérgio (Índia, 1883 – Lisboa, 1969) • Caricatura de Vasco. Passou a infância na Índia e em África, tendo optado pela carreira da marinha abandonando-a depois de proclamada a República. Colaborou nas revistas *A Águia* (1910), *Vida Portuguesa* (1912), órgão da Renascença Portuguesa, e *Atlântida*. Participou (1918) na fundação da revista *Vida Grega*, de onde saiu (1921) a *Sociedade Nova*, de cuja direcção, só passou a fazer parte a partir de 1923. Pertenceu ao grupo da Biblioteca Nacional que lançou a revista *Lusitânia* (1924). Efêmero Ministro da Instrução (1923), fundou o Instituto Português de Oncologia. Após o 28 de Maio de 1926, depois de um período de exílio, regressou a Portugal e dedicou-se ao ensino e à direcção e elaboração da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Promoveu a propagação do cooperativismo associativista como forma de educação, no sentido da convivência democrática. Ensaísta incisivo, fez crítica social e literária, foi pedagogo e historiador, político e filósofo, encontrando-se na primeira linha dos pensadores nacionais: examinou muitas ideias correntes no pensamento português e insistiu na necessidade de uma reforma de mentalidade e de educação, condição para o progresso da sociedade portuguesa. Participou activamente em todos os movimentos políticos de oposição ao Estado Novo até à sua morte, tomando posição de defesa do socialismo não totalitário, razão por que é considerado um dos mentores mais significativos do pensamento socialista português.

A Universidade após o 25 de Abril



O Reitor Prof. Doutor Ferrer Correia faz entrega a João Paulo II de uma mensagem e da medalha da Universidade, bem como dos Estatutos de 1559 por ocasião da visita do Papa à Universidade de Coimbra em 15 de Maio de 1982. [Rep.] Visita de João Paulo II à Universidade de Coimbra. Coimbra, SDP, 1983.



Mensagem da Associação Académica de Coimbra entregue a João Paulo II por ocasião da Sua visita à Universidade: 15 de Maio de 1982. [Rep.] Visita de João Paulo II à Universidade de Coimbra. Coimbra, SDP, 1983.



Discursos: Sessão Solene de Abertura das Comemorações do VII Centenário da Universidade de Coimbra: 1 de Março de 1990. [Rep.] Coimbra, SDP, 1990.



Mensagem de Sua Santidade o Papa João Paulo II à Universidade de Coimbra por ocasião do 7.º Centenário da Bula de Nicolau IV. [Rep.] Coimbra, 1990.



Universidade(s): História, Memória, Perspectivas, actas. Congresso História da Universidade, no 7.º Centenário da sua Fundação (5-9 Março de 1990). 3 vols. Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991. [Rep.]



Estatutos da Universidade de Coimbra: 28 de Agosto de 1989. Homologados pelo despacho normativo n.º 79/89, de 28 de Julho, publicado no D.R. n.º 197, 1.ª série, de 28 de Agosto de 1989.



ALBUQUERQUE, António Maria Seabra d' — *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra anos de 1872-1873*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874. BGUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



ALBUQUERQUE, António Maria Seabra d' — *Bibliografia da Imprensa da Universidade de Coimbra anos de 1880-1883*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885. BGUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Carta de António de Oliveira Salazar, enquanto Provedor da Misericórdia de Coimbra (1920-22), a Joaquim de Carvalho. Coimbra, 1922. Janeiro, 25.



A imprensa da Universidade na Exposição do Livro em Madrid: Junho de 1928. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928. BGUC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.

Extinção da Imprensa da Universidade



Decreto-Lei n.º 24.124, de 30 de Junho de 1934, que extinguiu a Imprensa da Universidade. [Rep.]



Jornal *A Verdade* do qual foram impressos 11 números entre Julho de 1933 e Fevereiro de 1934, impresso sucessivamente em Lisboa, Coimbra e Madrid e apontado como uma das causas que levaram à extinção da Imprensa da Universidade. BMC - Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Arrematação. Relação dos objectos julgados finais, para venda em hasta pública, da extinta Imprensa da Universidade. Diário do Governo, 9 de Outubro de 1935. [Rep.]



Relação das obras em curso editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra na data da sua extinção. Doc. dactilografado. AUC. Espólio da Imprensa da Universidade. [Rep.]



Acta da sessão do Senado universitário na qual se abordou a extinção da Imprensa da Universidade. Coimbra, 30 de Outubro de 1934. Manuscrito em papel. AUC. Actos do Senado da Universidade de Coimbra. Foto: Varela Pécuro © IUC 2001.



Memória do Pessoal da Imprensa da Universidade de Coimbra a sua Excelência o Senhor Presidente da República. Coimbra, 6 Julho 1934. AUC. Espólio da Imprensa da Universidade. [Rep.]

A Imprensa da Universidade de Coimbra no tempo presente

A história recente

Após a extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra em 1976, a publicação de livros e revistas passou a ser feita por outras instituições, nomeadamente a Imprensa da Universidade de Coimbra, a Imprensa da Universidade de Lisboa e a Imprensa da Universidade de Évora.

Em 1981, a Imprensa da Universidade de Coimbra foi recriada, sob a forma de uma sociedade por quotas, com o nome de Imprensa da Universidade de Coimbra, S.A.

A Imprensa da Universidade de Coimbra

Atualmente, a Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

Em 1976, a Imprensa da Universidade de Coimbra foi extinta, passando a ser gerida por outras instituições.

A publicação de livros e revistas passou a ser feita por outras instituições, nomeadamente a Imprensa da Universidade de Coimbra, a Imprensa da Universidade de Lisboa e a Imprensa da Universidade de Évora.

Em 1981, a Imprensa da Universidade de Coimbra foi recriada, sob a forma de uma sociedade por quotas, com o nome de Imprensa da Universidade de Coimbra, S.A.

Atualmente, a Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

A Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

A Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

O regresso da Imprensa da Universidade de Coimbra

Após a extinção da Imprensa da Universidade de Coimbra em 1976, a publicação de livros e revistas passou a ser feita por outras instituições, nomeadamente a Imprensa da Universidade de Coimbra, a Imprensa da Universidade de Lisboa e a Imprensa da Universidade de Évora.

Em 1981, a Imprensa da Universidade de Coimbra foi recriada, sob a forma de uma sociedade por quotas, com o nome de Imprensa da Universidade de Coimbra, S.A.

Atualmente, a Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

A Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

A Imprensa da Universidade de Coimbra publica cerca de 100 títulos por ano, abrangendo áreas como a Humanidades, as Ciências Sociais e a Saúde.

A catalogação das obras pela Imprensa da Universidade

A Imprensa da Universidade tem actuado na publicação de obras por si impressas ou editadas, de modo a contribuir para a catalogação das mesmas. Pelo número de títulos já lançados, trata-se de uma fonte de consulta e de estudo.



Agradecimentos

A exposição que o presente Catálogo documenta resulta da imaginação, do esclarecido querer, dos judiciosos conselhos e do devotado empenho e proficiência de dezenas de intervenientes no processo de investigação, recolha e redacção do texto, no financiamento e apoios, no design, na produção, na montagem e na animação. Para todos, um muito vivo e sincero agradecimento.

Fernando J. Regateiro
Director da Imprensa da Universidade

P R O G R A M A

Sessão de Abertura
• 1 Outubro • 18h00

V i s i t a s G u i a d a s

Prof. Doutor Fernando Taveira
• 24 Outubro • 17h30

Prof.^{as} Doutoras Isabel Vargues
e Irene Vaquinhas • 26 Outubro • 15h00

Prof. Doutor Luís Reis Torgal
• 29 Outubro • 17h00

Prof. Doutor Fernando J. Regateiro
• 31 Outubro • 17h00

E n c o n t r o s

Encontro com a Comunicação Social
• 16 Outubro • 11h00

Encontro com tipógrafos e trabalhadores
das artes gráficas • 20 Outubro • 15h00

Encontro com familiares e amigos de
Joaquim de Carvalho • 27 Outubro • 16h00

L a n ç a m e n t o

Lançamento da obra
Imprensa da Universidade de Coimbra
• *uma história dentro da História*
• 30 Outubro • 17h00

Sessão de Encerramento
• 31 Outubro • 18h00

Horário de Abertura:
Segunda a Sexta-Feira
• 10h00 às 19h00
Sábados, Domingos e Feriados
• 14h00 às 18h00

Imprensa da Universidade de Coimbra

Rua Antero de Quental, 195
3000-033 Coimbra
Tel. 239853110 • Fax: 239853119
email. fjrpress@ci.uc.pt
<http://www.imp.uc.pt>